

ARMINDO FREITAS CORREIA

**ANÁLISE DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIO-ECONÓMICA DO
CONCELHO DE SANTA CATARINA ENTRE 1990 E 2000**

**Trabalho científico apresentado no ISE para obtenção do grau de Licenciatura em
Geografia, sob orientação do Doutor Jacques Ângelo Santos.**

O Júri:

Praia, aos _____ de _____ de 2008

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais Teodoro Correia e Maria dos Reis Almada Freitas por tudo que fizeram por mim, aos meus tios Manuel Freitas e Orlando Brito e a todos os meus irmãos por todo o amor, força e coragem que sempre me deram para que este trabalho fosse hoje uma realidade.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho só foi possível graças ao apoio e à colaboração de algumas entidades e personalidades, pelo que não podia deixar de expressar o meu profundo sentimento de gratidão a todos os que de uma forma ou de outra, contribuíram para que o trabalho ora apresentado fosse uma realidade. Torna-se impossível mencionar aqui o nome de todas elas. Por isso, digo, tão simplesmente, um obrigado a todos.

Não posso no entanto deixar de mencionar o nome de algumas pessoas e entidades que de uma forma incansável trabalharam de perto comigo com muito empenho e dedicação para que este trabalho se concretizasse:

- Ao meu orientador Doutor Jacques Santos vai uma menção muito especial pela sua disponibilidade, “paciência”, flexibilidade, rigor e boa disposição demonstrados;

- Meus agradecimentos são extensivos a todo corpo docente do Instituto Superior de Educação, em particular, ao Departamento de Geociências, aos meus professores que souberam me acolher com muito carinho e dedicação, sempre de uma forma incansável e abnegada;

- Igualmente gostaria de deixar um gesto de especial agradecimento ao meu professor Dr. Lazaro Lhugo Sanches, pela eficiência, preocupação e amabilidade demonstrada ao longo do Curso;

- De igual modo, deixamos uma palavra de apreço aos funcionários do Instituto Nacional de Estatística, cujas orientações e apoio na procura de importantes documentos e bibliografia, relevaram-se extremamente úteis e determinantes para a materialização deste trabalho;

- Agradeço a todos os meus colegas do curso, particularmente, aos meus colegas João Rocha, Nelson Moreira, Carla Vieira e Elisa Tavares, que me encorajaram durante esses quatro anos de formação.

Muito obrigado a todos.

ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO.....	8
0.1- Objectivos do Trabalho	8
0.2 – Justificativa.....	9
0.3 - Enquadramento Teórico.....	11
0.4 - Metodologia.....	14
0.5 - Estrutura	14
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO GERAL	16
1.1 Enquadramento geográfico do país e da ilha de Santiago.....	16
1.2 Caracterização físico-geográfica do concelho de Santa Catarina.....	17
1.2.1 Localização geográfica e dimensão territorial.....	17
1.2.2 Relevo.....	19
1.2.3 Recursos geológicos	19
1.2.4 O clima.....	20
1.2.5 Recursos hídricos	20
1.2.6 O solo	21
1.2.7 A vegetação	22
1.2.8 Fauna	23
1.3 Caracterização antrópica do concelho de Santa Catarina.....	24
1.3.1 Aspectos históricos	24
1.3.2 - Aspectos socio-económicos.....	25
1.3.3 - Aspectos demográficos.....	26
CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO, ESTADO E ESTRUTURA DA POPULAÇÃO	27
2.1 - Os volumes e os ritmos de crescimento da população	29
2.1.1 - O crescimento natural da população	30
2.2 - Distribuição espacial da população/ Densidade demográfica.....	31
2.3 - Os grupos funcionais, os índices-resumos e as relações de masculinidade da população	36
2.4 Estruturas etárias.....	39
CAPÍTULO III – DINÂMICA DA POPULAÇÃO	41
3.1 - Natalidade/Fecundidade	41
3.1.1 - Natalidade	42

3.1.2 – Fecundidade.....	42
3.2 - Mortalidade	43
3.3 - As Migrações	44
3.3.1 - As Migrações internas.....	45
3.3.2 - As Migrações Internacionais	46
CAPÍTULO IV – SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO	48
4.1 - Caracterização económica	49
4.1.1 - O sector primário	51
4.1.1.1 - Agricultura	51
4.1.1.2 – Pecuária	54
4.1.1.3 – Pesca.....	55
4.1.2 – O sector secundário	57
4.1.2.1 - Indústria	58
4.1.2.2 – Construção civil e obras públicas.....	58
4.1.3 - O sector terciário.....	59
4.1.3.1 – Serviços	59
4.1.3.2 – Transportes.....	59
4.1.3.3 – Comércio	60
4.1.3.4 – Turismo	60
4.2 – Caracterização Social.....	62
4.2.1 – Saúde, nutrição, saneamento básico e abastecimento de água.....	62
4.2.1. 1 – Saúde.....	62
4.2.1.2 - Nutrição	64
4.2.1.3 – Saneamento básico.....	64
4.2.1.4 - Sistemas de abastecimento de água	66
4.2.2. Educação/Nível de instrução	66
4.2.2.1 - Ensino Pré-Escolar	67
4.2.2.2 – Ensino Básico Integrado.....	68
4.2.3 – Estruturas habitacionais	71
CAPÍTULO V – IMPACTO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO DO CONCELHO.....	75
5.1 – Pressão demográfica sobre os recursos ambientais	76
5.2 Aumento da população activa e a sua situação perante o emprego /desemprego	78
5.3 – Crescimento da população e a situação perante a pobreza	79

CONCLUSÃO.....	82
RECOMENDAÇÕES	84
BIBLIOGRAFIA	86
ANEXOS	88

0. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação científica cujo tema é «**Análise da situação demográfica e socio-económica do concelho de Santa Catarina entre 1990 e 2000**», tem por finalidade dar resposta à solicitação feita pelo centro de Geografia do Departamento de Geociências do Instituto Superior de Educação, enquadrado nos regulamentos do ISE para a obtenção do grau de licenciatura, aliada à vontade de conhecer melhor e de proporcionar um modesto contributo ao conhecimento do nosso Concelho.

Este trabalho surgiu, igualmente, da verificação de vários problemas que assolam o Concelho, tanto de ordem demográfica, económica, social como ambiental.

Como sabemos o crescimento de uma população tem implicações directas nas condições socio-económicas, podendo arrastar consigo alguns problemas que podem influir nas condições de vida das populações.

Sendo assim, com estes propósitos, procurámos fazer uma abordagem geral sobre a situação demográfica e socio-económica no concelho de Santa Catarina, em vários ângulos.

0.1- Objectivos do Trabalho

O presente trabalho objectiva fundamentalmente em analisar a situação demográfica do concelho de Santa Catarina entre 1990 e 2000, de modo a conhecer a estrutura etária da população por sexo e grupos de idade, sua evolução durante esse período, ritmos de crescimento, sua distribuição no espaço. Constitui, igualmente, o objectivo do mesmo conhecer a real situação socio-económica do concelho em estudo.

Este trabalho objectiva especificamente em analisar o ritmo de crescimento demográfico no concelho de Santa Catarina entre 1990 e 2000, de modo a sabermos qual a sua dinâmica de crescimento nesse período, bem como a sua estrutura e a sua distribuição no espaço; explicar o comportamento do ritmo de crescimento, através da análise de fenómenos demográficos como: natalidade/fecundidade, mortalidade, migrações.

Constitui ainda objectivo específico deste trabalho dar a conhecer a realidade interna do Concelho através da análise da situação do emprego/ desemprego, das actividades dominantes, níveis de conforto das famílias, entre outros.

Um outro objectivo específico do nosso trabalho é analisar os impactos de crescimento demográfico sobre o desenvolvimento socio-económico do concelho de Santa Catarina.

Este estudo foi feito de forma bem delimitado e específico, com vista a dar a nossa modesta contribuição para uma melhor planificação de âmbito demográfico, social, económico, ambiental e político. Não é nossa intenção fazer um estudo acabado, nem tão pouco esgotar o tema mas dar apenas um contributo de extrema importância para o concelho de Santa Catarina, de forma aberta, sujeito a críticas e sugestões, oferecendo contributos para estudos posteriores.

0.2 – Justificativa

O estudo demográfico de qualquer país, região ou lugar é imprescindível para o seu desenvolvimento, uma vez que permite conhecer o seu comportamento e as suas características. Não existe desenvolvimento sem plano e, do mesmo modo, não existe plano sem estudos da população, porque para qualquer região ou estado, quando se cria um projecto tem-se sempre em conta o seu bem-estar social.

Um dos grandes problemas da actualidade tem sido o crescimento demográfico no mundo. Como é sabido, o estudo da situação demográfica se reveste de grande importância, particularmente nos países mais pobres, onde o crescimento populacional é bastante acelerado e onde, também, o crescimento económico, muitas vezes, não tem acompanhado esse crescimento populacional. Na maioria dos países mais pobres, a população tem crescido mais do que os recursos, pelo que esses países não têm respondido às demandas de uma população cada vez mais exigente, tanto em quantidade como em qualidade dos bens e serviços. O concelho de Santa Catarina, por seu lado, não constitui uma excepção.

Como se sabe, até a década de 50, Cabo Verde conheceu vários momentos de decréscimo da população, mas a partir dessa década tem-se verificado um crescimento sistematicamente positivo e a população cresceu em média 3% por ano, segundo os dados do INE-CV. Então, qual foi o ritmo do crescimento populacional do concelho de Santa Catarina entre o ano 1990 e 2000? Será que o crescimento demográfico foi acompanhado de

desenvolvimento social e económico e consequentes melhorias no nível de vida das populações? Ou será que veio aumentar ainda mais a pobreza no Concelho e a degradação dos recursos do meio ambiente?

Partindo do pressuposto que a população nos países em desenvolvimento cresce a um ritmo acelerado, presume-se que o crescimento da população do Concelho em estudo foi acelerado e que este ritmo de crescimento não foi acompanhado de desenvolvimento social e económico e melhorias no nível de vida das populações. Se calhar, esse ritmo de crescimento veio piorar as condições de vida, aumentando o desemprego e a pressão demográfica sobre os recursos ambientais e, consequentemente, o aumento da degradação ambiental.

Todo o nosso trabalho irá girar em torno dessas questões levantadas, no sentido de respondê-las com a máxima clareza possível, onde, possivelmente, vamos confirmar as nossas hipóteses ou rejeitá-las.

Num concelho como Santa Catarina onde a maioria das localidades sofre os efeitos da seca, e cujos recursos naturais são poucos e se encontram distribuídos de uma forma irregular, torna-se crucial o conhecimento detalhado da sua situação demográfica. É neste contexto que se justifica a análise do crescimento demográfico do concelho de Santa Catarina, devido ao facto de esta permitir o acesso a informações valiosas que servem não só para planear o desenvolvimento do Concelho no presente, como também para delinear estratégias de desenvolvimento futuro do Concelho.

De igual modo, este trabalho de investigação justifica-se pelo facto de permitir a integração de variáveis demográficas na planificação de estratégias de desenvolvimento do Concelho.

Ainda, é de considerar pertinente a realização dessa investigação tendo em conta que põe à disposição dos utilizadores de informação demográfica, um conjunto de indicadores resultante de um balanço de tudo que aconteceu a partir de 1990 no que se refere à população do Concelho e que servirá de base a outras investigações, não só no campo estritamente demográfico como em outras áreas afins.

Para além dos aspectos já indicados, a pertinência dessa investigação é justificada por pôr à disposição dos decisores elementos que lhes ajudam a decidir em certos momentos.

Pode-se também, associar à pertinência dessa investigação o contributo: - na área do planeamento dos recursos humanos; - na questão ambiental, que é muito difícil de se compreender sem o conhecimento da dinâmica da população; - na saúde pública; - na educação, entre outros campos onde poderá, perfeitamente, dar o seu contributo.

Portanto, pode-se presumir que a realização dessa investigação assume capital importância para o concelho de Santa Catarina, uma vez que o referido concelho sairá a ganhar em vários aspectos, sendo que alguns já foram mencionados no texto acima.

0.3 - Enquadramento Teórico

A preocupação com o estudo da população não é de hoje. Ela está presente desde os primórdios de humanidade. Porém, enquanto num passado não muito distante ela se configurava no sentido de se obter uma aceleração, em períodos mais recentes ela aponta exactamente no sentido inverso. São vários os pensadores, quer sejam eles, Demógrafos, Filósofos, Sociólogos, Políticos, Antropólogos, Economistas, Geógrafos, Urbanistas, etc. que têm reflectido sobre a problemática do crescimento demográfico e desenvolvimento socio-económico da população.

Desde a antiguidade, personalidades como *Platão* e *Aristóteles* deram alguns contributos. Ambos defendiam o recurso a expulsão, aborto, infanticídio, abandono e a eliminação de deficientes físicos para o controle do crescimento da população para assegurar a qualidade da população. Contudo, podemos afirmar que, na época moderna, as preocupações provenientes do crescimento demográfico assumem proporções maiores.

Quando *Thomas Robert Malthus*, economista inglês, em 1789, publicou o seu conhecido “*Essay on the principles of population*”, já se podia detectar uma fundada inquietação, mas em sectores relativamente pequenas da sociedade, e ainda assim menos dramática. Contudo, a preocupação generalizada e mais aguda só se fez presente nos últimos cinquenta anos. Hoje, a ruptura do equilíbrio natural, conhecido em outras épocas, carrega consigo muitas graves inquietações para todos. Esse problema demográfico é reconhecido, principalmente, depois da **Conferência sobre população e desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994**, onde pela primeira vez os responsáveis dos diferentes Estados membros admitiram por unanimidade, que o controlo do crescimento demográfico é necessidade fundamental de qualquer país, seja qual for o seu desenvolvimento (...). (Populi, 1994).

A existência de um problema demográfico é quase unanimidade nos dias de hoje. Mas as divergências sobre o sentido dos dados estatísticos e sobretudo os caminhos para o equacionamento são acentuados. Segundo *Malthus*, na sua obra “*População e subsistência*”, há duas leis antagónicas: a lei da população que cresce em progressão geométrica (1, 2, 4, 8,

16, 32...) e a da subsistência que cresce em progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5, 6). Para *Malthus* quando a população não é controlada, duplica todos os 25 anos, crescendo de período em período, segundo uma progressão geométrica, enquanto que os recursos tendem a crescer segundo uma progressão aritmética (...) (Russel, 1979)

Do outro lado, temos *Josué de Castro* (sec. XX), que é considerado um antimalthusiano por defender a ideia que não é o excesso da população que gera a fome, mas sim o inverso. As carências alimentares estimulam o instinto sexual e aumentam a fecundidade das populações. Para ele, o excessivo crescimento populacional não se resolve com a limitação dos nascimentos, mas sim com o aumento do consumo de proteínas nos países mais pobres, o que implica um maior desenvolvimento económico e social. Para ele e os seus partidários, o desenvolvimento integral é o melhor contraceptivo e melhor caminho para o equacionamento do problema demográfico, particularmente no que se refere à população pobre. Estes defendem que os pobres não são pobres porque se multiplicam tanto e tão rapidamente, mas se multiplicam tanto e tão rapidamente porque são pobres (...). (Russel, 1979)

É evidente que, as posições defendidas por estes pensadores foram influenciadas pela formação académica, pelo meio e pela época que viveram.

No caso de Cabo Verde, em particular, o concelho de Santa Catarina, com as suas características específicas, e escassez de estudos afins, optamos por não enquadrar o nosso trabalho em nenhuma das teorias clássicas, mas procurar seguir uma corrente mesclada em que se baseia tanto numa como noutra, procurando sempre adaptar essas teorias ao nosso domínio de estudo, tendo em conta a sua realidade.

Nos Novos Países Desenvolvidos (NPI), por exemplo nos situados no Sudeste asiático, onde existe uma forte concentração demográfica, resultado de elevadas taxas de fecundidade, os governos foram capazes de gerir a sua mão-de-obra abundante e jovem, conjuntamente com outras situações, o que lhes proporcionaram desenvolvimento económico.

Alguns países têm recorrido à aplicação de políticas anti-natalistas para controlar a natalidade, contrariamente ao que se tem verificado, actualmente, em alguns países da Europa, onde se incentiva a natalidade, devido à tendência de envelhecimento da população.

A problemática do crescimento da população é um dilema. «A ciência demográfica, ao ter desenvolvido as técnicas de projecção, consegue extrapolar tendências para o futuro com uma certa exactidão... e ninguém fica indiferente aos números que se apresentam com grande plausibilidade: 7.023 milhões de habitantes em 2010, 8.312 milhões em 2025...

Será possível encontrar um dinamismo económico e um contexto ecológico capaz de responder à permanência da situação actual, em que a população do globo aumenta 190 000

peças diariamente (o tamanho de uma cidade de razoável dimensão) em que cada ano a população mundial aumenta cerca de 100 milhões de habitantes (ou, seja tanto como total da população da Europa em meados do século XVIII)? Estamos perante um problema que ninguém mais pode ignorar. Mas, sendo o mundo constituído por blocos com características demográficas totalmente diferentes e havendo necessidade de existir uma política coordenada, como é que se pode defender uma estratégia de acção para a nossa «aldeia global»? Por outro lado, conforme iremos ver, se uma população não cresce começa a envelhecer... e o que fazer a tantos idosos sob ponto de vista financeiro, social, familiar e cultural?

Eis alguns dos grandes dilemas com que a ciência demográfica se debate no mundo actual» (NAZARETH, 1996).

As três conferências mundiais realizadas sobre a população (Bucareste, 1974; México, 1984 e Cairo, 1994) são os mais evidentes esforços para se encontrar uma solução comum para o problema acima citado.

Na conferência de Bucareste, 1974, ficaram patentes duas posições claramente distintas onde a fundamentação de carácter político dominava: os «neomalthusianos» (os representantes dos países desenvolvidos) entendiam que o controlo da população é o factor essencial para um processo de desenvolvimento; os «antimalthusianos» (um grupo importante dos países pobres, apoiados pela China e Argélia) defendiam o ponto de vista inverso, ou seja, primeiro tem que haver o desenvolvimento e só posteriormente se regulam as questões relacionadas com a população.

Dez anos mais tarde, no México, os termos de debate não mudaram substancialmente. A questão central continuava a ser a mesma: é necessário actuar em primeiro lugar, no desenvolvimento económico ou no crescimento demográfico? Porém, apesar de politicamente não ter havido alterações substanciais, houve novos elementos que foram alterando gradativamente os termos do debate. Em primeiro lugar, os demógrafos puderam demonstrar a existência de uma mudança real na tendência do crescimento demográfico mundial a partir de 1970. Por outro lado, o grupo de países liderados pela China e Argélia, que tinham tomado em 1974 uma posição radicalmente antimalthusiana, apareceram neste encontro internacional com uma posição claramente mais moderada ao defenderem a necessidade de se regular a fecundidade. Em todo o caso, foi possível estabelecer um acordo em torno do princípio de que a componente demográfica é um factor importante em qualquer processo de desenvolvimento.

As posições irredutíveis dos anos 70 deram lugar a um diálogo aberto entre o Norte e o Sul, em Setembro de 1994, no Cairo. Pela primeira vez neste tipo de conferências

internacionais, os 179 delegados participantes e os 7 observadores da Conferência Oficial, subscreveram um programa de acção com 15 princípios e 16 capítulos onde se explicitam um conjunto de recomendações concretas que devem orientar os futuros programas políticos em matéria de população (...) (Populi, 1994).

0.4 - Metodologia

A metodologia seguida para a feitura deste trabalho científico de fim do curso foi a revisão de literatura, seguida da escolha de tema, elaboração e entrega de projecto e início do processo da pesquisa.

No processo da pesquisa e com vista à concretização deste trabalho, adoptámos um conjunto de procedimentos e técnicas que nos permitem atingir os objectivos preconizados. Assim, privilegiámos as pesquisas bibliográficas e a recolha de dados junto das instituições públicas e privadas para posteriormente fazermos as análises quantitativas e qualitativas dos mesmos.

A elaboração de mapas, de pirâmides, de quadros e de gráficos foram considerados importantes instrumentos de análise aos quais recorreremos como suporte para a realização desse trabalho.

0.5 - Estrutura

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos:

O capítulo I faz um enquadramento geral do País, da Ilha de Santiago e do Concelho de Santa Catarina, destacando a caracterização físico-geográfica dos mesmos;

O capítulo II apresenta a evolução, o estado e a estrutura da população do Concelho, tendo em conta os volumes e ritmos de crescimento, distribuição espacial, os grupos funcionais, os índices resumos e a estrutura etária;

O capítulo III apresenta a dinâmica da população, tendo em conta a natalidade/fecundidade, a mortalidade e as migrações.

O capítulo IV apresenta a descrição da situação socio-económica do Concelho;

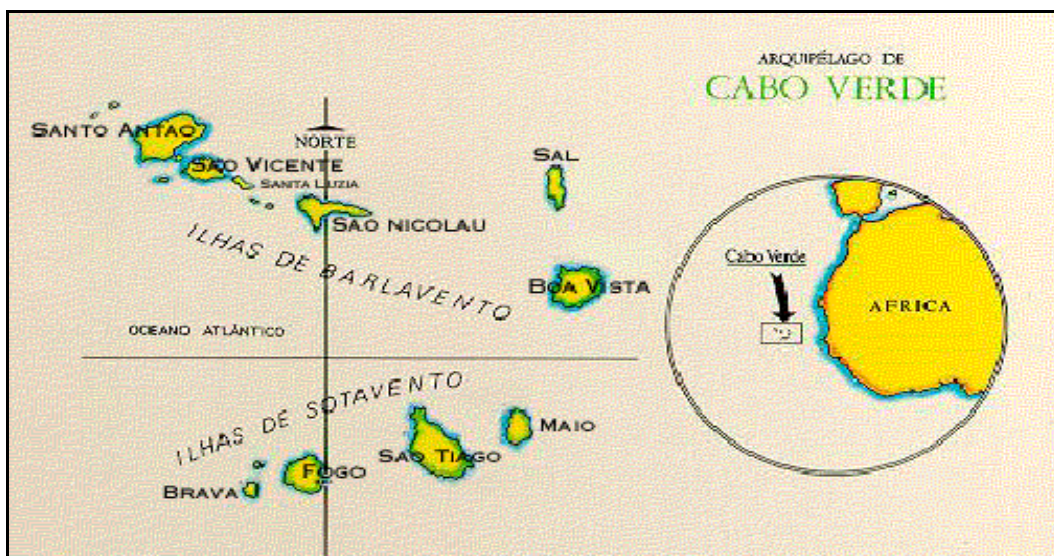
E, por último, o capítulo V que apresenta os impactos do crescimento demográfico sobre o desenvolvimento socio-económico do Concelho.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO GERAL

1.1 Enquadramento geográfico do país e da ilha de Santiago

Cabo Verde está localizado na margem do Atlântico Norte, entre os paralelos 14° 48' Norte e 17° 12' Norte e os meridianos 22° 44' Oeste e 22° Oeste, a uma distância de aproximadamente 500 quilómetros do Cabo, que fica situado no Senegal (Fig.1).

Fig.1: Mapa de localização geográfica de Cabo Verde em relação à África



Fonte: <http://www.aidcongress.net/imagens3congresso/95/image007.gif>

É um pequeno país insular, com uma superfície emersa de 4033 Km². Esta superfície está distribuída por dez ilhas, cinco ilhéus principais e vários outros de reduzidas dimensões.

Cabo verde pelas suas dimensões territorial e demográfica encontra-se entre os estados mais pequenos do mundo¹. O país está repartido em dois grupos de ilhas designadas de

¹ SEMEDO, José Maria e BRITO, Arminda, Fevereiro de 1995

Barlavento e Sotavento, de acordo com a posição de cada um em relação ao vento dominante de Nordeste, sendo Santiago uma das ilhas do grupo Sotavento.

A ilha de Santiago é a maior do arquipélago, com uma área de 991 Km². Está localizada entre os paralelos 17° 30' Norte e 15° 00' Norte e os meridianos 22° 30' e 25° 30' de longitude Oeste de Greenwich² e está dividida em nove concelhos, sendo que Santa Catarina constitui um deles.

O arquipélago de Cabo Verde está numa zona de climas áridos e semi-áridos do Sahara, na faixa de transição entre o deserto e os climas húmidos tropicais, designado de Sahel. O clima é tropical seco, com tendência para árido, com chuvas muito concentradas nos três meses húmidos (Agosto, Setembro e Outubro).

As correntes marítimas (correntes frias das Canárias), o tempo dos alísios, a latitude e a altitude são também factores que condicionam o clima do nosso arquipélago.

O período das chuvas no arquipélago está fortemente dependente das oscilações da Convergência Intertropical (CIT) que se desloca do Sul para o Norte, pelo que as ilhas do Sul recebem a CIT, com maior frequência, razão pela qual os anos secos são mais frequentes nas ilhas mais a Norte.

1.2 Caracterização físico-geográfica do concelho de Santa Catarina

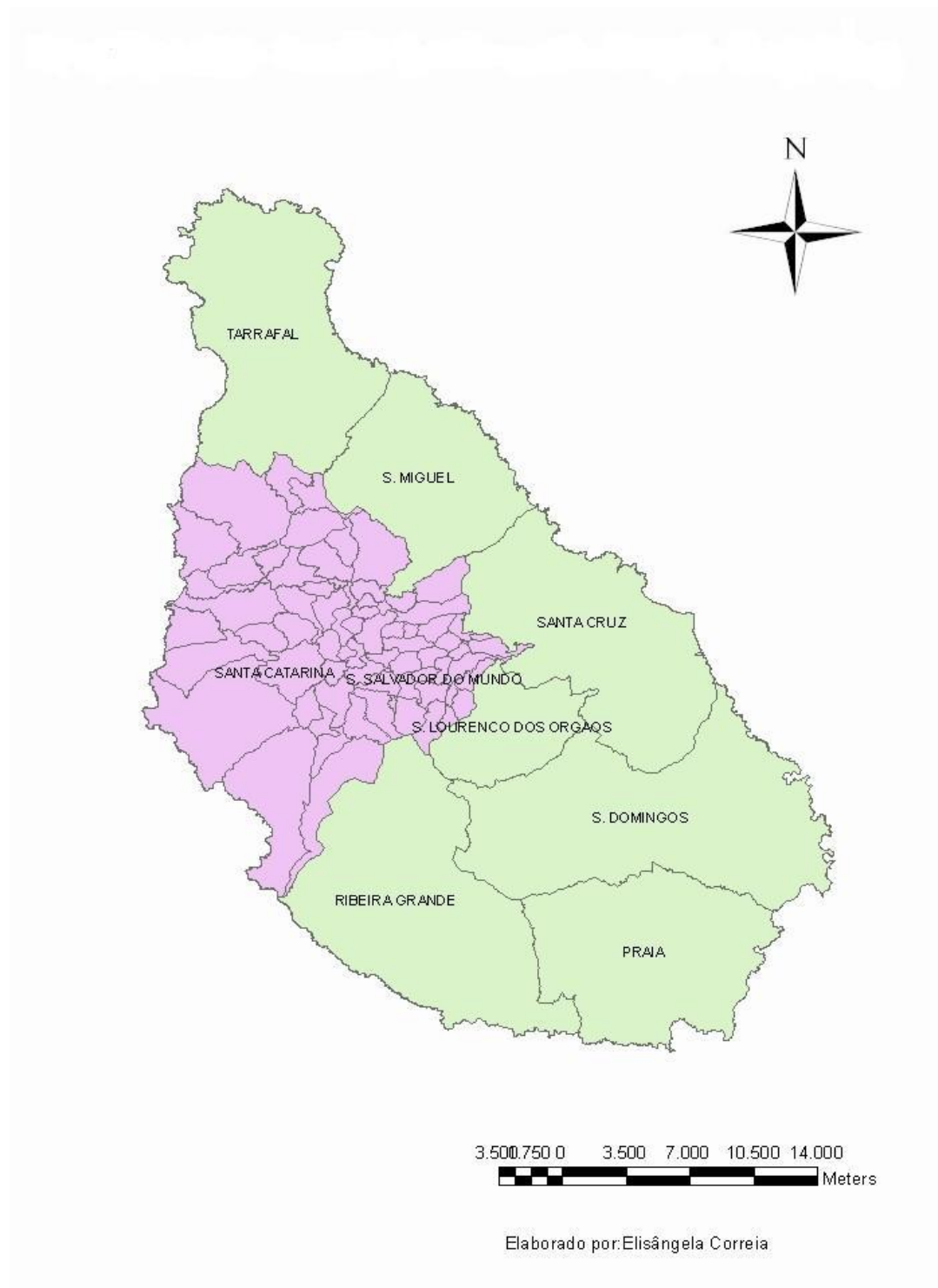
1.2.1 Localização geográfica e dimensão territorial

O concelho de Santa Catarina situa-se na parte central e litoral da ilha de Santiago. É o segundo maior concelho da ilha, abarcando uma superfície de 274 Km².

A sede do concelho é a Cidade de Assomada, a qual dista cerca de 36 km da cidade da Praia, capital do país. O concelho, no período em estudo, divide-se em duas freguesias, Santa Catarina e São Salvador do Mundo, sendo esta última já considerada um município (Decreto-lei nº 65/VI/2005 de 9 de Maio).

² Idem

Fig.2: Mapa de Localização do concelho de Santa Catarina em relação aos restantes concelhos da ilha de Santiago



1.2.2 Relevo

Segundo as informações do Plano Ambiental Municipal de Santa Catarina de 2004, o concelho apresenta um relevo bastante acidentado caracterizado pelo predomínio de encostas de grande declive que ladeiam as ribeiras, constituindo vales abertos e abruptos. Verifica-se a presença de coroamentos rochosos e cones vulcânicos. Evidenciam-se maciços montanhosos como sejam os Picos de Antónia e Malagueta.

O relevo é ainda caracterizado por extensões relativamente planas, destacando algumas áreas de pastagem e o planalto que alberga a Cidade de Assomada. São ainda de interesse as praias e as arribas costeiras.

1.2.3 Recursos geológicos

À semelhança do que acontece por toda a ilha de Santiago, o concelho de Santa Catarina apresenta formações geológicas que tiveram a sua evolução associada a actividades magmáticas, intercaladas por formações sedimentares muito acentuados com uma grande diversidade de formação.

Os recursos minerais do concelho resumem-se aos materiais vulcânicos existentes (rochas lávicas, escórias e materiais piroclásticos) que foram e continuam a ser os principais materiais utilizados na construção civil e obras públicas. Para empreendimento, os basaltos que apresentam desfusão em laje são os preferencialmente utilizados, visto serem facilmente talhados em paralelepípedos (Serralheiro, 1976).

Para o caso das britas pode-se recorrer a basaltos, pela sua função prismática radial e facial fragmentação originando pequenos calhaus. Os materiais piroclásticos são importantes, por serem utilizados em argamassa. Os materiais argilosos, em especial os de Fonte Lima, destacam-se pela sua boa qualidade e quantidade e contribuem para o desenvolvimento económico da zona.

Os inertes disponíveis têm capital importância para os exploradores como meio de subsistência e para contornar crises económicas.

1.2.4 O clima

O clima de Santa Catarina varia conforme a altitude e a exposição aos alíseos do Nordeste, como para todas as ilhas montanhosas de Cabo Verde. As precipitações variam muito de ano para ano e no espaço. No planalto da Assomada, a média anual da precipitação ronda os 400mm. Assim, alberga áreas que estão em todos os extractos climáticos considerados em Cabo Verde, desde o árido, passando pelo semiárido, o subhúmido até ao húmido em altitudes acima dos 800 metros e voltadas a Nordeste.

A humidade relativa nas zonas sub-húmidas é sempre média ou relativamente alta. A insolação e a velocidade do vento são baixas, o que cria condições propícias a uma taxa de evapotranspiração não muito alta, favorecendo a agricultura de sequeiro.

1.2.5 Recursos hídricos

O concelho de Santa Catarina caracteriza-se por condições climáticas áridas e semi-áridas, pelo que a água assume uma importância particular (Plano Ambiental Municipal, 2004).

Com efeito, as mudanças dos factores climáticos e meteorológicos predominantes não favorecem as condições de pluviosidade sendo a pluviometria média de 400mm no planalto de Assomada. O regime pluviométrico torrencial e a natureza do relevo provocam correntes de água rápidas, com importantes caudais de ponta.

A água, enquanto recurso, entra como base de suporte do dia-a-dia das populações locais no abastecimento doméstico e como factor de produção em diversos sectores de actividade económica e social, com destaque para a agricultura, a pesca, a indústria, o saneamento básico, as obras públicas e o turismo.

Em termos gerais, o concelho dispõe dos seguintes tipos e quantidades de recursos hídricos :

- Águas superficiais: 16,6 milhões de m³/ano
- Águas subterrâneas em bruto no período médio: 7,9 milhões de m³/ano
- Águas subterrâneas exploráveis em período seco: 4,2 milhões de m³/ano

Quase a totalidade da água utilizada no concelho de Santa Catarina é de origem subterrânea.

A versão final do relatório sobre o recente estudo designado “ Desenvolvimento das águas subterrâneas na ilha de Santiago”, pela KOKUSAI KOGYO CO, Lda. e Japan TECN CO Lda, afirma que os principais aquíferos do concelho encontram-se nas formações de Assomada e do Pico de Antónia. O planalto vulcânico de Assomada continua a demonstrar o alto potencial de exploração, principalmente na área setentrional. O potencial nas camadas aluviais é também alto.

1.2.6 O solo

As zonas do concelho de Santa Catarina situadas na aba “A”, isto é as voltadas a Este-Nordeste, coincidem com as áreas de montante das bacias dos Picos, de Santa Cruz (Boa-Entrada), de Saltos e dos Flamengos. Essas áreas estão situadas na zona climática do sub-húmido, encontrando-se já no húmido uma pequena área da Serra da Malagueta e do Maciço de Pico de Antónia.

As zonas do Concelho situadas na Aba “C”, são as das bacias principais dos Engenhos/Sedeguma, Selada, Porto Rincão, Charco e Sansão, R^a da Barca, com as suas grandes achadas Falcão e Além no sub-húmido e outras mais a jusante no semiárido e árido. Para além das achadas, temos a destacar as grandes áreas de sequeiro situadas nas encostas da bacia dos Engenhos, mais concretamente nas subbacias de Fonte Lima, Água Grande, Mato Gêgê e Palha Carga.

Segundo as informações do Plano Ambiental Municipal, os solos distribuem-se duma maneira geral da seguinte forma, pelas zonas mais importantes do ponto de vista agrícola:

Nos fundos das ribeiras: **Fluvissoles êutricos de origem aluvionar e coluvionar.**

Nas achadas Falcão e Além : **Phaeozemes háplicos e lúvicos, associados a Cambissolos líticos; Cambissolos líticos em formas salientes.**

Nas encostas das subbacias de Fonte Lima, Água Grande, Mato Gêgê e Palha Carga: **Cambissolos êutricos, Castanozemes háplicos, Cambissolos líticos e Litossolos.**

Achadas no semi-árido como a Achada Leite e outras mais a Norte: **Cambissolos êutricos associados a Castanozemes háplicos; Cambissolos vérticos.**

Encostas em pendente para o litoral escavadas por vales profundos: **Litossolos e Cambissolos líticos nas vertentes e Cambissolos êutricos em lombas** (Plano Ambiental Municipal, 2004).

1.2.7 A vegetação

A florestação em Santa Catarina como na maioria dos concelhos do país iniciou-se de forma intensiva a partir de 1977-78, período após a independência, com sucessivos projectos de reflorestação, no intuito de pôr cobro a uma ausência quase total de cobertura vegetal com consequências negativas para o meio ambiente.

Entretanto, antes deste período existia o perímetro florestal de Serra Malagueta instalado ainda no período colonial, situado na zona alta do concelho, cuja paisagem encontra-se menos degradada, com uma cobertura vegetal mais acentuada, devido a uma importante produção de espécies herbáceas, lenhosas e semi-lenhosas, nomeadamente *Eucalyptus sp.*, o *Pinus sp.*, o *Cupressus sp.*, a *Grevillea robusta*, a *Acacia cyanophilla* e a *Acacia mollissima*, portadoras de significativa biomassa e de valor forrageiro aceitável (Carta de Zonagem Agro-Ecológico e da Vegetação de Cabo Verde, ilha de Santiago, 1986). Esta floresta cujo objectivo é a protecção dos solos e a conservação da água, desempenha uma função importante na regularização do regime hidrológico na óptica do equilíbrio dos ecossistemas.

Os sucessivos projectos de reflorestação a nível nacional ou regional contemplaram o concelho com uma área já reflorestada de cerca de 6.956 há até 1995, abrangia praticamente as zonas áridas e semi-áridas e incluía estruturas mecânicas de Conservação de Solo e Água e fixação de diferentes espécies florestais.

Segundo um estudo de 1997, a quantidade de espécies plantadas rondaria os 2.751.540, em zonas áridas, semi-áridas, sub-húmidas e húmidas e as espécies mais utilizadas foram, para as zonas áridas e semi-áridas, a *Prosopis juliflora*, a *Acacia holosericea*, a *Parkinsonia aculeata*, a *Jatropha curcas* e o *Atriplex sp.*, e para as zonas sub-húmidas e húmidas, o *Eucalyptus sp.*, o *Pinus sp.*, o *Cupressus sp.*, a *Grevillea robusta*, a *Acacia cyanophilla* e a *Acacia mollissima*.

No entanto, devido à baixa taxa de pegamento, pensa-se que 50 a 60% da área que foi objecto de reflorestação deverá provavelmente ser de nova reflorestada.

A partir de 1995 até 2000, o Concelho foi beneficiado pelo Projecto “Reflorestação Fogo/Santiago (KFW I)” para florestação de uma área de 585 ha de encostas fortemente erodidas, incluindo estruturas mecânicas de Conservação de Solo e Água.

Os recursos florestais do Concelho encontram-se associados à existência de perímetros florestais de altitude geridos essencialmente em regime de protecção ecológica e florestas de produção instaladas em zonas localizadas nos estratos árido e semi-árido. Em termos de produção florestal, assume importância particular a lenha e as forragens. São também de crucial importância os genes e os ecossistemas florestais intrínsecos aos perímetros de altitude.

Evidenciam-se as potencialidades para um melhor aproveitamento dos ecossistemas florestais de altitude em prol do fomento do turismo ecológico e rural, da medicina tradicional, de actividades de lazer e pesquisa.

Existem potencialidades para o alargamento dos perímetros florestais de produção, com vista ao aumento da produção da lenha e carvão e ao incremento do silvo-pastoralismo.

1.2.8 Fauna

Segundo o Recenseamento Pecuário de 1994/95, Santa Catarina é a nível nacional, o detentor do maior efectivo de caprinos e bovinos e o segundo de suínos.

O Concelho ocupa um lugar de destaque a nível do País, com um efectivo pecuário de 12.677 cabeças de gado caprino, 5.364 cabeças de gado bovino, 1.008 cabeças de gados ovino, 10.917 suínos e 34.129 galinhas.

Segundo o Plano ambiental de Santa Catarina de 2004, o Concelho é ainda o principal produtor de carne bovina e o maior fornecedor de carne a nível nacional.

Apesar de os dados mais recentes serem os do Recenseamento Pecuário de 1994/95, recorreu-se aos dados do Recenseamento Agrícola de 1988.

No que concerne os sistemas de criação e as formas de exploração, continuam a prevalecer as técnicas rudimentares e predominantemente do tipo tradicional, variando conforme a espécie considerada e as condições climáticas de cada zona, por exemplo nas

zonas áridas e semi-áridas predominam as formas de pastoreio livre extensivas e o silvopastoralismo, devendo os caprinos serem a espécie mais utilizada, enquanto que nas zonas sub-húmidas e húmidas e nas de regadio, predominam as formas semi-intensivas com recurso à semi-estabulação e em alguns casos a estabulação , utilizando-se para o efeito particularmente a espécie bovina (Plano Ambiental Municipal, 2004).

1.3 Caracterização antrópica do concelho de Santa Catarina

1.3.1 Aspectos históricos

A história é muito importante, quando se trata de estudos demográficos, dado que muitas vezes para compreender a cultura, a actividade económica de um povo ou uma civilização, é necessário recuar no tempo e conhecer a sua história.

O concelho de Santa Catarina foi criado em 1834, durante o período colonial português, na sequência da transferência não oficial da sede do governo da Cidade da Ribeira Grande (Cidade Velha) para os Picos, Freguesia de São Salvador do Mundo (Carreira, 1983).

Embora a Coroa Portuguesa nunca tenha reconhecido nem oficializado a transferência da capital, a iniciativa de *Manuel António Martins*, então governador da Província de Cabo Verde, contribuiu para a criação de infra-estruturas e para o desenvolvimento do concelho.

O seu maior centro urbano, a Cidade de Assomada, levada a categoria de cidade a 13 de Maio de 2001, encontra-se localizado a cerca de 44 km da Cidade da Praia, capital do país.

1.3.2 - Aspectos socio-económicos

Os aspectos socio-económicos devem ser levados em conta quando se trata de estudos demográficos porque têm uma influência directa ou indirecta no comportamento demográfico.

No concelho de Santa Catarina, localizado estrategicamente no centro da ilha de Santiago e sendo um concelho essencialmente rural, a actividade produtiva baseia no tradicional sector agrícola, com destaque para a agricultura de sequeiro, no comércio, na silvicultura e na pesca.

No que concerne à actividade pecuária, o concelho evidencia-se pela excelência dos seus efectivos bovinos e caprinos o que lhe outorgam a primazia no contexto nacional, (Plano Ambiental municipal, 2004).

O sector industrial caracteriza-se por um fraco nível de desenvolvimento, assentando essencialmente em pequenas e médias empresas agro-alimentares e na produção de blocos. A construção civil é o sub-sector com maior representatividade na estrutura empresarial do sector secundário do concelho (Plano Ambiental Municipal, 2004).

Também relevante para a sua base económica tem sido, nos últimos anos a crescente importância do sector do comércio e serviços no tecido empresarial do concelho. O comércio processa-se em estabelecimentos situados nas ruas em dias de feira, prevalecendo o comércio a retalho de produtos alimentares e bebidas, bem como pequenas e médias lojas comerciais que se localizam na sua maioria na cidade de Assomada. Nos últimos anos, a venda de vestuário e calçado conheceram um incremento significativo (Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina, 2001/2006).

Em matéria de crescimento das actividades económicas, merece destaque a evolução registada no sector da prestação de serviços.

1.3.3 - Aspectos demográficos

Santa Catarina é um dos mais populosos do conjunto dos Vinte e dois Municípios do País. Segundo o censo 2000, a população do concelho de Santa Catarina era de 49.829 habitantes, repartidos pelas duas freguesias, Santa Catarina com sede na cidade de Assomada e São Salvador do Mundo com sede na Povoação em Achada Igreja – Picos. Destes, 22.563 são do sexo masculino e 27.266 do sexo feminino e à semelhança do que acontece a nível do País, a população é relativamente jovem, sendo 47% com idade compreendida entre 0 – 15 anos. A população do concelho corresponde a 11% da população do País. A freguesia de Santa Catarina abarca a maioria da população, na ordem dos 82%, vivendo na freguesia de São Salvador do Mundo apenas 18% dos residentes. A população do Concelho é dispersa e relativamente jovem.

A partir da década de 40, a população de Santa Catarina registou flutuações demográficas muito significativas que estão relacionadas com factores de natureza ambiental, a evidenciar as secas prolongadas.

A densidade populacional de Santa Catarina é de aproximadamente 180 habitantes por Km², com distribuição territorial bastante diversificada. A maior parte da população concentra-se no meio rural (86%). No entanto esta cifra vem sofrendo alterações a partir da década de 1990 com paulatino êxodo rural. A população urbana tende a crescer, enquanto a população rural sofre uma diminuição na ordem dos 6% entre 1990 e 2000.

CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO, ESTADO E ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

No mundo actual é imprescindível que qualquer estado/ região conheça bem o estado e a estrutura da sua população, para que seja feita a devida planificação e tomar as medidas necessárias com o intuito de garantir a estabilidade social, político, económico, ambiental, etc.

Como sabemos, a problemática do crescimento demográfico já motivou, a realização de três conferências internacionais importantes sobre a população: as conferências de Bucareste em 1974, do México em 1984 e do Cairo em 1994.

Actualmente, um dos problemas mais falados e discutidos é o crescimento demográfico, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde este crescimento não tem sido acompanhado do crescimento dos recursos, dando origem a uma certa instabilidade nesses países. Os exemplos dessas situações são os casos das regiões do Sul e Sudeste asiático e da África Subsariana, sendo que muitos países pertencentes a este último, onde Cabo Verde faz parte, constituem dos mais pobres do mundo. (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2000).

A população cabo-verdiana vem aumentando consideravelmente, desde a década de 1950. Antes, o crescimento alternava com períodos de aumento e diminuição, devido aos efeitos da seca, fome e algumas epidemias que assolaram o arquipélago, sendo a mais recente, a de 1947, que por sua vez vitimou um número significativo das pessoas.

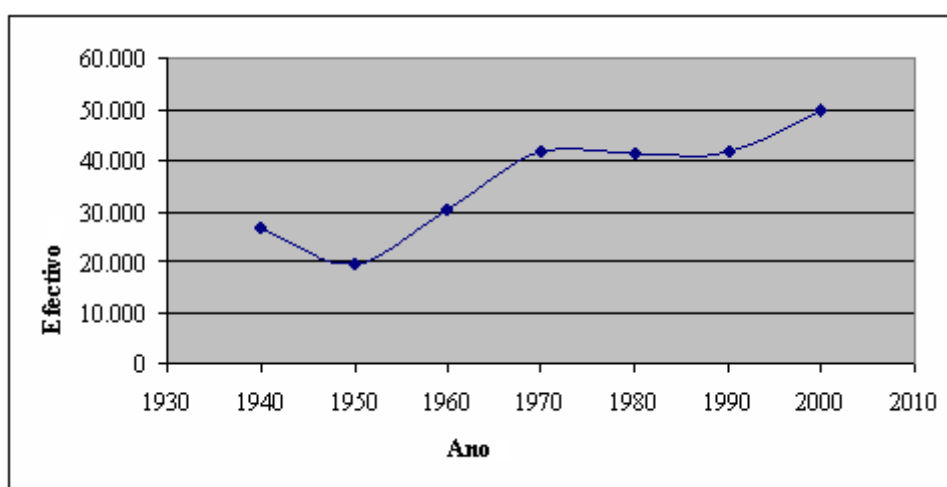
A partir dos anos 1950, a população ganhou dinâmica, e conheceu sempre uma Taxa de Crescimento Médio Anual positiva. Este crescimento motivou em 1995 a aprovação da Política Nacional da População em que dos grandes objectivos era de reduzir o ritmo de crescimento demográfico no país até o ano 2000.

O concelho de Santa Catarina como parte integrante de Cabo Verde não está isento deste crescimento, com excepção a década de 70 a 80, onde a população teve um crescimento relativo negativo de -1%.

De 1940 a 1950 a população de Santa Catarina teve um crescimento relativo negativo de 27,6%, o que pode ser explicado pela elevada taxa de mortalidade motivada pela fome da década de 40. A partir daí, então o crescimento relativo foi bastante positivo, 55,5% na década de 1950 e 37,2% na década de 1960. Há de salientar ainda o ligeiro decréscimo da população na década de 1970 (1%) e o ligeiro aumento na década de 1980 (1,4%).

A fig. 3 que se segue ilustra claramente essa evolução da população de Santa Catarina nos últimos 60 anos censitários.

Fig. 3 – Evolução da população de Santa Catarina por ano censitário (1940-2000)



Fonte: INE – CV

Da observação do gráfico da fig. 3, pode-se ver que durante este período (1940-2000) notou-se dois momentos de decréscimo da população (1940-1950), por razões já explicadas anteriormente e um ligeiro decréscimo na década de 70, deve sobretudo pela emigração. Opostamente, o maior aumento populacional verificou-se nas décadas de 50 e 60.

2.1 - Os volumes e os ritmos de crescimento da população

Quando dispomos, ao longo do tempo, de diversas informações acerca do volume de uma população, a primeira análise que normalmente se executa é a do cálculo do ritmo de crescimento³. Esse ritmo de crescimento deve proporcionar um resultado anual médio, de forma a se poder comparar períodos de diferente amplitude (Nazareth, 2004). Sendo assim ocupamos esse ponto do trabalho para analisar o ritmo de crescimento da população do concelho de Santa Catarina, fazendo algumas aplicações interessantes como: tempo de duplicação, análise regressiva, análise progressiva e ainda fazer uma prospectiva para o ano 2025, conforme já tínhamos preconizado.

O concelho de Santa Catarina, a semelhança de Cabo Verde e da ilha de Santiago, assistiu-se períodos de oscilações da taxa de crescimento da população.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) no ano 1980 a população do concelho era de 41.012 pessoas e no ano 1990 a população do concelho passou para 41.584, ou seja uma variação absoluta apenas de 572 pessoas. Dez anos depois, a população do concelho passou para 49.829 pessoas, ou seja houve uma variação absoluta de 8.245 pessoas e em termos percentuais uma variação na ordem dos 20%, equivalente a um crescimento médio anual de 2%. Significa que por cada ano e por cada 100 pessoas, a população do concelho de Santa Catarina aumentou duas pessoas, perfazendo um aumento de 20 pessoas por cada 100 habitantes entre o ano 1990 e 2000.

Se a população do concelho de Santa Catarina continuar a crescer neste molde (2% por ano), ela duplicará em 35 anos, ou seja partindo de 2000, no ano 2035 a população do concelho passará a ser de quase 100.000 habitantes⁴. E se a população continuar a crescer neste molde já no ano 2025 teremos uma população de 81.749 pessoas no Concelho⁵. Os dados demonstram uma tendência de um crescimento rápido da população do concelho de Santa Catarina.

Pode-se constatar que a população do Concelho em estudo cresce, relativamente acelerado, com uma taxa de crescimento Médio anual (TCMA) de 2%, abaixo da média nacional (2,4%). Explicações para tal crescimento, pode ser encontrada na diminuição da taxa

³ Obtido através do cálculo do ritmo aritmético – $a = (P_n - P_0) / (P_0 * n)$, onde P_n é a população no momento n , P_0 é a população no momento 0 e n é o nº de anos.

⁴ A prospecção foi feita com dados do antigo concelho de Santa Catarina, incluindo o actual concelho de São Salvador do Mundo.

⁵ Idem.

de mortalidade, devido a melhorias na alimentação, na assistência médico-medicamentosa, nas condições higiénico-sanitárias, no aumento da esperança de vida, permanência de altas taxas de natalidade e pelas restrições impostas pelos países de acolhimento e consequente diminuição da emigração.

Neste contexto, dada a ausência de dados estatísticos, nós recorremos a análise de dados do antigo concelho de Santa Catarina, então formado pelas freguesias de Santa Catarina e São Salvador do Mundo, hoje separadas em dois concelhos.

2.1.1 - O crescimento natural da população

O Crescimento Natural⁶ depende dos fenómenos demográficos, nomeadamente a natalidade, a mortalidade que se encontram condicionados por factores sociais, económicos, culturais, políticos, religiosos, ambientais, etc.

O crescimento natural pode contribuir para o aumento ou diminuição da população, conjugado com o saldo migratório⁷. Nos países desenvolvidos da Europa tem se verificado uma tendência de diminuição do crescimento natural da população devido às baixas taxas de natalidade que se tem verificado, mas esses países são tradicionalmente países de imigração, por isso o saldo migratório é sempre positivo, compensando assim, a tendência de diminuição do crescimento natural. Por outro lado, temos fenómeno inverso nos países em desenvolvimentos, isto é, países onde o crescimento natural é sempre elevado, devido às altas de natalidade, e o saldo migratório é sempre negativo, porque a emigração é sempre superior a imigração, dada a situações socio-económicas, políticas, religiosos, étnicos, culturais, etc., vividas nesses países. Cabo verde em geral e o concelho de santa Catarina em particular, se encontram enquadrado no segundo grupo, ou seja o crescimento natural tem sido positivo e o saldo migratório sempre negativo.

No concelho em estudo, segundo os dados da INE – CV, a taxa de crescimento natural é relativamente elevado – 31‰ em 1990 e 25‰ em 2000, devido a permanência de altas taxas de natalidades (38‰ em 1990 e 31‰ em 2000) e baixas taxas de mortalidades (8‰ e 6‰, respectivamente ao ano 1990 e 2000). Pode se notar, que de 1990 a 2000 houve uma

⁶ Diferença entre o nº de nascimentos e óbitos ocorridos durante um determinado período, geralmente um ano.

⁷ Diferença entre o nº de entradas (imigração) e o nº de saídas (emigração) na população de um determinado lugar, durante um certo período de tempo.

diminuição da taxa de crescimento natural na ordem dos 6%. Não podendo dizer que houve o aumento da taxa de mortalidade, visto que os dados mostram uma diminuição, a principal causa da diminuição da taxa de crescimento natural, durante o decénio, é a redução considerável da taxa de natalidade, motivada por crescente utilização dos métodos contraceptivos, maior instrução, informação, conforto e mentalidades das populações, entrada da mulher no mundo laboral, etc.

2.2 - Distribuição espacial da população/ Densidade demográfica

A distribuição da população, ocupação ou simplesmente densidade populacional⁸ é entendida como sendo o número de habitantes por quilómetros quadrados (hab. /Km²), ou então a forma como a população se encontra distribuída no espaço.

O crescimento da população em Cabo Verde, assim como a sua distribuição, foram e continuam sendo desiguais nas nove ilhas povoadas do arquipélago e/ou nos diferentes centros e em diferentes épocas.

Segundo os dados da INE – CV, Cabo Verde em 1990 tinha uma densidade populacional de 85,7 hab. /Km² e em 2000 passou para 107 hab. /Km², sendo a ilha de Santiago com uma densidade de 177 hab. /Km² em 1990 e 237 hab. /Km² em 2000.

A ilha de Santiago, desde a década de 1940 tem concentrado uma grande porção da população do país (superior a 40%), sendo nas duas últimas décadas (1980 e 1990), a ilha ocupou 51,4% e 54%, respectivamente. A segunda ilha com maior concentração é São Vicente com cerca de 15% da população do país, o que demonstra a grande diferença de concentração entre as ilhas.

A nível geral, cerca de 90% da população se concentra nas ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão e Fogo.

No tocante a densidade populacional, no concelho de Santa Catarina verificou-se em 1990 e 2000, 171,2 hab. /Km² e 205 hab. /Km², respectivamente, continuando abaixo da média da ilha de Santiago, (177,3 hab. /Km² em 1990 e 237 hab. /Km² em 2000) e ultrapassando a média nacional (85,7 hab. /Km² em 1990 e 107 hab. /Km² em 2000).

⁸ Consiste em dividir o total de habitantes existentes numa determinada unidade espacial, pela superfície dessa mesma unidade espacial.

Ocupando assim em 2000 o 4º lugar no ranking nacional, seguindo a Praia 412 hab. /Km², São Vicente 295 hab. /Km² e Santa Cruz 221 hab. /Km².

O concelho de Santa Catarina como parte integrante do arquipélago de Cabo verde e da ilha de Santiago, não constitui a excepção, em matéria da distribuição da população.

Segundo os dados do INE, há uma irregularidade da distribuição da população no concelho, a nível das localidades e quadro que se segue evidencia o desequilíbrio populacional a nível rural e urbano no concelho.

Quadro n.º 1 – Evolução da população urbana e rural de Santa Catarina, 1990/2000				
Zona/Ano	1990		2000	
	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%
Urbana	3.114	8	7.095	14
Rural	38.470	92	42.875	86
Total	41.584	100	49.829	100
Fonte: INE – Censos 1990 e 2000				

Da análise do quadro nº 1, pode-se notar que, entre 1990 e 2000, assistiu-se um aumento da população urbana, quer em termos absoluto como em termos percentuais. Relativamente à população rural, apesar de um aumento em termos absoluto, houve uma diminuição em termos percentuais, houve uma diminuição na ordem dos 6% da população rural no concelho de Santa Catarina. Os dados demonstram uma tendência clara para um rápido aumento da população urbana em detrimento da população rural.

Essa irregularidade na distribuição da população rural e urbana deve-se, indubitavelmente, a desigual distribuição das infra-estruturas de educação, saúde, justiça, do comércio, do turismo, etc. Dado que a maior parte dessas infra-estruturas se concentram no meio urbano, as pessoas sentem-se mas atraídas pelos centros urbanos, visto que muitas vezes os centros urbanos oferecem maiores e melhores oportunidades às pessoas.

De acordo com os dados do INE, a população do concelho de Santa Catarina está distribuída de uma forma muito irregular pelo espaço, sendo o tecido urbano (Vila de Assomada), com maior número de efectivos populacionais, 3414 e 7067 efectivos em 1990 e

2000, respectivamente. Outras localidades apresentam um efectivo populacional que não ultrapassa os 100 habitantes.

Durante o decénio, Junco foi a área com maior crescimento (292,8%), seguidamente temos algumas zonas com grande crescimento relativo como: Vila de Assomada (107%), Arribada (94%), Achada Galega (87,6%), Ribeirão Manuel (75,7%), Achada Gomes (68%), etc. Pedra Barro (60,3%).

No concelho, apesar do crescimento demográfico verificado, em 31 zonas houve uma diminuição dos efectivos populacionais em termos percentuais, de 1990 a 2000. Exemplos dessas áreas são: Achada Lazão (- 44,5%), Babosa (-37,8%), Mato Fortes (-31,8%), Pico Freire (-30,5%), etc.

A causa dessa diminuição da população, em algumas zonas do concelho, deverá ser procurada sobretudo na emigração de grande parte da população dessas localidades, pouco atractivas, para os principais centros populacionais do Concelho, outras paragens da ilha, do país ou até para o exterior.

Evidentemente que, são vários os factores que estão na origem dessa desigual distribuição da população, nomeadamente: factores naturais, vias de comunicação, prestação dos serviços, bem como factores históricos, cultural, etc.

Se essa tendência continuar, torna-se urgente a tomada das medidas para minimizar a problemática dessa dinâmica, já que nalgumas localidades do Concelho se verifica carência de algumas infra-estruturas básicas, nomeadamente salas de aulas, fazendo com que alunos desloquem para outras zonas para frequentar as aulas, implicando custos elevados para as famílias e riscos para os alunos dessa faixa etária. Por outro lado, em muitas localidades se verifica o fenómeno inverso.

Fig. 4 - Mapa da distribuição espacial da população de Santa Catarina em 1990

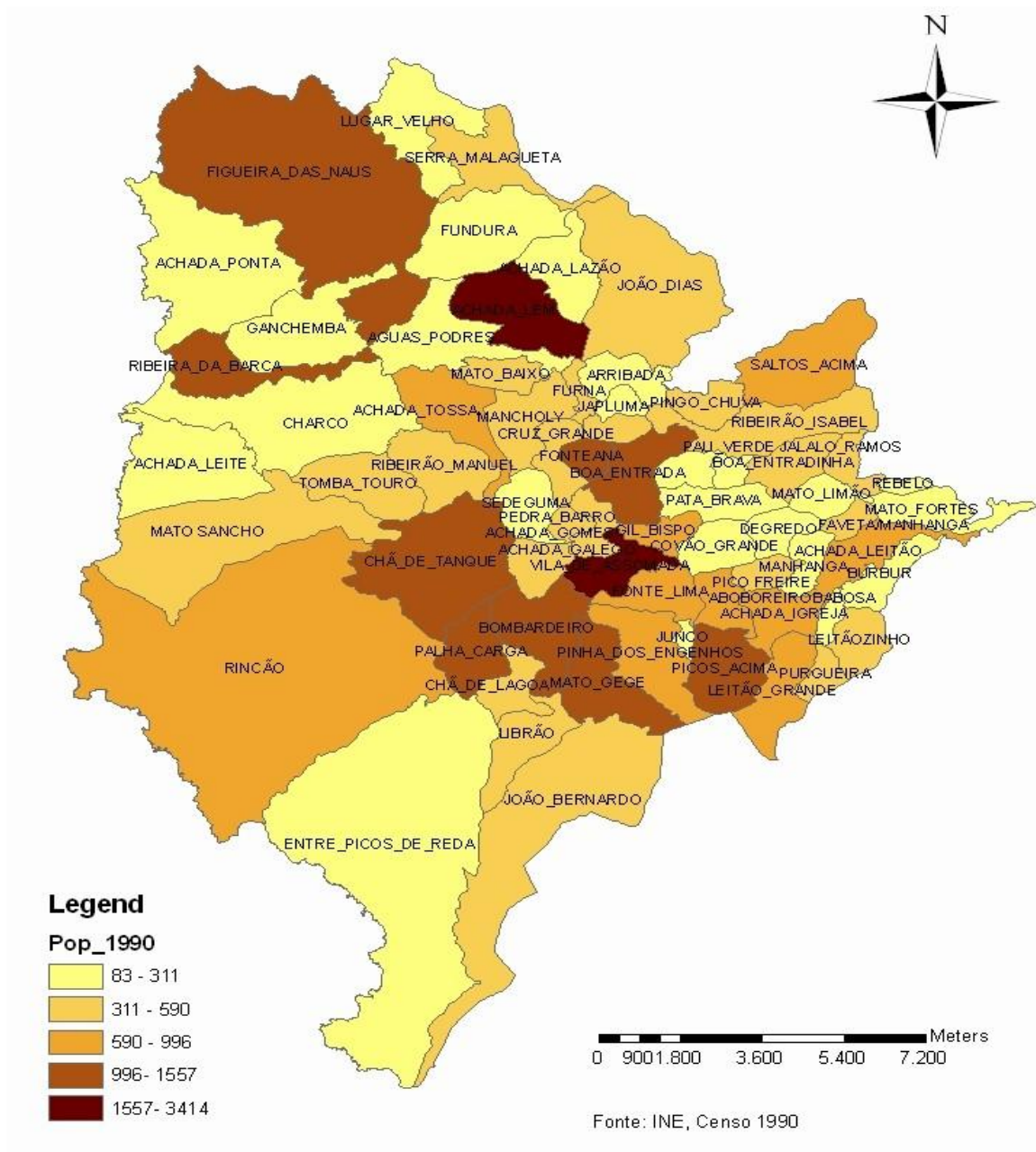
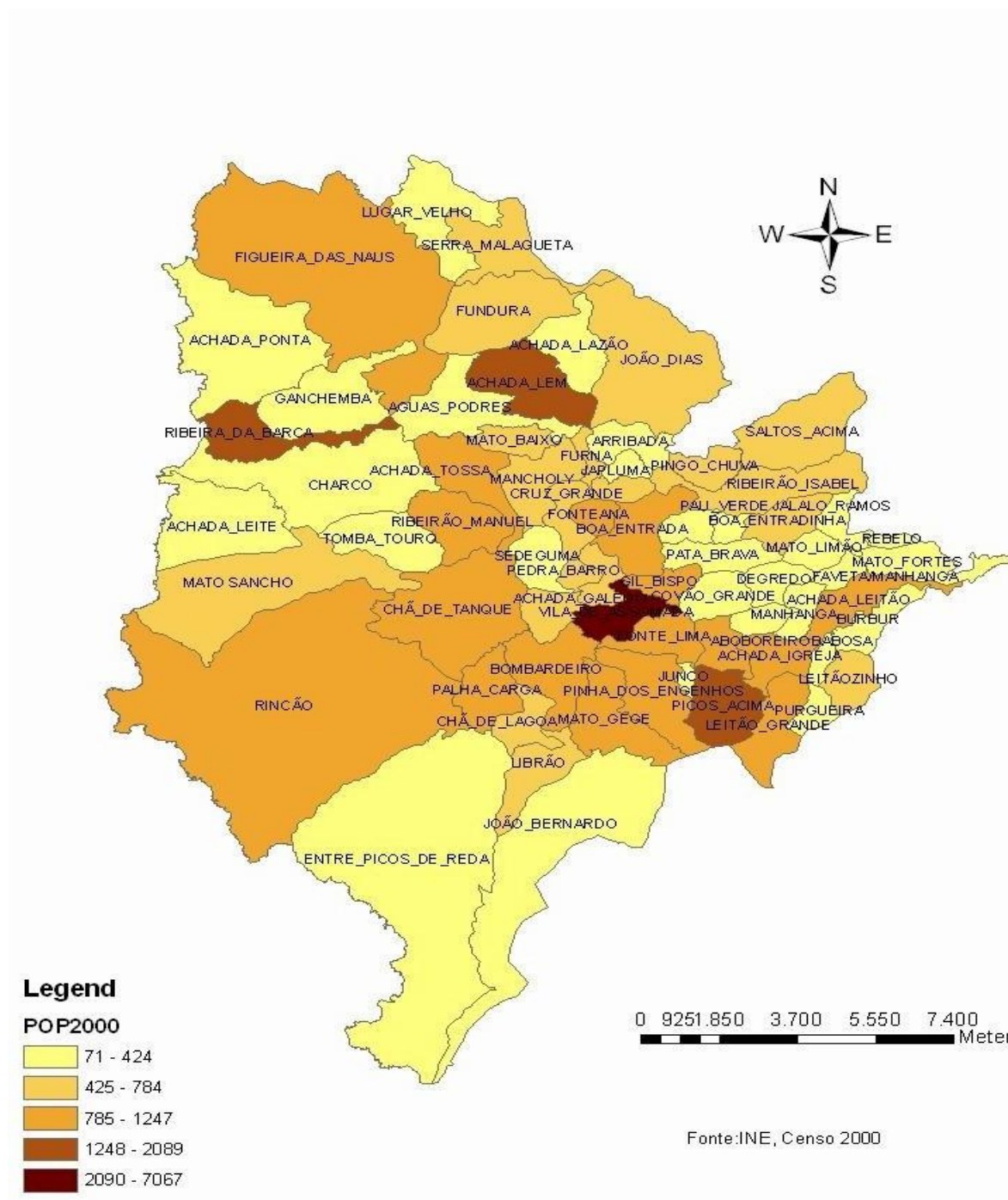


Fig. 5 - Mapa da distribuição espacial da população de Santa Catarina em 2000



As figuras 4 e 5 evidenciam que tanto em 1990 como em 2000 a população do concelho de Santa Catarina se distribuía de uma forma desigual pelas localidades do Concelho

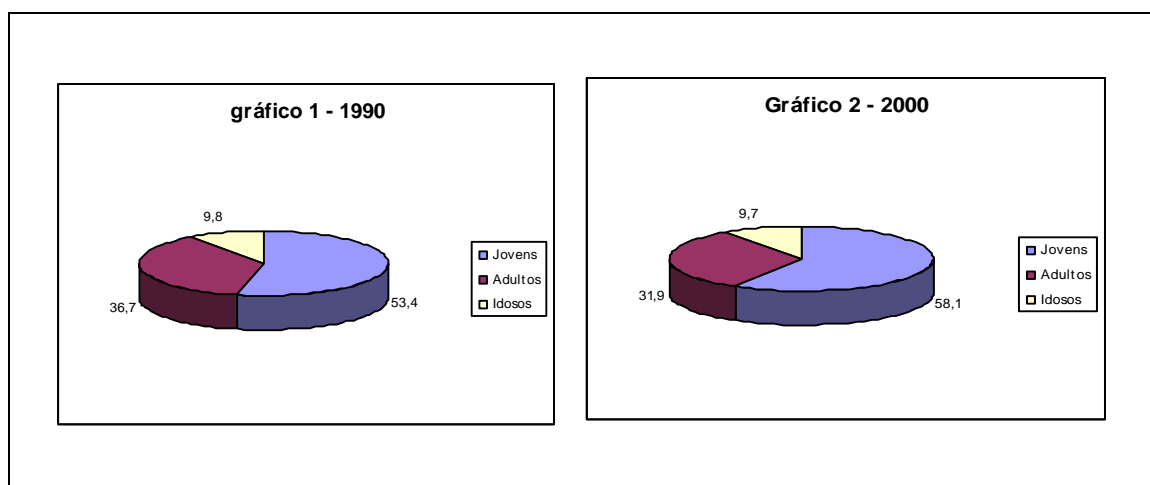
2.3 - Os grupos funcionais, os índices-resumos e as relações de masculinidade da população

A estrutura de uma população depende de alguns fenómenos demográficos, que por sua vez estão condicionados por factores de ordem natural, humano e ambiental, nomeadamente a fecundidade/natalidade, mortalidade e os fenómenos migratórios. Dentre esses fenómenos, talvez a elevada taxa de fecundidade/natalidade e os fenómenos migratórios, são as que mais influenciam a estrutura da população do concelho.

Sendo assim, na divisão dos grupos etários definimos os três grupos funcionais, que são: os jovens, indivíduos cuja idade vai de 0 aos 19 anos; os adultos, de 20 a 59 anos e os idosos, os com idade igual ou superior aos 60 anos.

A fig. 6 mostra que, mais de metade da população de Santa Catarina é jovem, o que implica a construção de mais escolas, centros de formações e a abertura de novos postos de trabalho. Existe uma parte significativa dos idosos, apesar da diminuição percentual durante o decénio, o que leva a perspectivar algumas medidas no sentido de inverter a situação.

Fig. 6 – Distribuição da população (%) por grupos funcionais em Santa Catarina (1990 e 2000)



De 1990 a 2000, houve um aumento de 4,7% da população jovem, uma diminuição de 4,8% da população adulta e um decréscimo de 0,1% dos idosos. Os dados demonstram uma tendência clara de aumento da população jovem e de diminuição da população adulta e idosa no Concelho em estudo. Explicações para tais factos, podem ser encontradas na conjugação

de vários factores, como: factores de natureza ambiental, dieta alimentar, condições higiénico-sanitárias, nomeadamente as condições de a habitação, no abastecimento de água, na cobertura medico-medicamentosa, nas assistência pré-natal e infantil, progressiva melhoria dos padrões de saúde que resultaram numa continua redução dos níveis de mortalidade geral e específica, e na redução da emigração.

Esse crescimento demográfico relativamente rápido (2% por ano, entre 1990 e 2000), onde mais de metade da população é jovem (53,4% - 1990 e 58,1% - 2000) e grande parte adulta (31,9%, em 2000), favorece uma forte pressão demográfica sobre a procura dos serviços sociais (educação, saúde, habitação, emprego) e dos recursos do meio ambiente.

A relação de Masculinidade⁹ da população do concelho passou de 77% em 1990 para 82,7% em 2000 isto é, em 1990 existe, por cada 100 mulheres apenas 77 rapazes, já em 2000 existe, por cada 100 pessoas do sexo feminino aproximadamente 83 pessoas do sexo oposto no concelho (INE, Censos 1990 e 2000). Essa tendência veio a reforçar ainda mais a nossa hipótese de uma brusca diminuição do fluxo migratório para o exterior do Concelho, uma vez que por tradição no Concelho e em Cabo Verde em geral, os indivíduos do sexo masculino são os que mais emigram, daí essa diminuição veio contribuir para o aumento da proporção dos indivíduos do sexo masculino na composição da população do Concelho.

Quanto a relações de masculinidades nos grandes grupos de idade, o quadro nº 3 mostra que há uma nítida diferença entre os grupos, situando-se em média em 100,25% para os jovens (0 – 19 anos), 56,8% para os adultos (20 – 59 anos) e 71,5% para os idosos.

Quadro nº 2 – Relação de masculinidade por grupos funcionais, índices de juventude e índice de longividade – 1990 e 2000					
Ano	Relação de Masculinidade			Índice	
	0 - 19	20 - 59	60 e +	Juventude	Longividade
1990	101	51,3	75,3	542,2	49,4
2000	99,5	62,3	67,7	598,0	36,1
Média	100,25	56,8	71,5	570,1	42,75
Fonte: INE – CV, Censos 1990 e 2000					

⁹ Obtém-se a partir da divisão dos efectivos masculinos pelos efectivos femininos, multiplicando o resultado por 100. A relação de masculinidade mostra como é que os efectivos existentes num determinado grupo de idade são partilhados entre o sexo masculino e feminino.

Da observação do quadro nº 2, podemos constatar que, durante o decénio há um certo equilíbrio estrutural nas relações de masculinidades para o grupo dos jovens (100,25%). O grupo dos adultos é aquele que maior desequilíbrio estrutural apresenta nas relações de masculinidade, representando os valores mais baixos (56,8%) registados entre os diferentes grupos funcionais. Explicações para tal facto podem ser encontradas, na maior mortalidade masculina e maior emigração dos indivíduos do sexo masculino no Concelho. Nota-se uma ligeira diminuição das relações de masculinidade nos jovens, um aumento significativo para os adultos e uma diminuição considerável das relações de masculinidade no grupo dos idosos, de 1990 a 2000.

No concernente a relação de masculinidade por grupos etários quinquenais, tanto em 1990 como em 2000, a partir da faixa etária do 20-24 até 75+ anos, a relação de masculinidade é sempre inferior a 100%, significando que, em todas estas faixas etárias existe mais indivíduos do sexo feminino do que o sexo oposto, acabando por confirmar que, morre e emigra mais indivíduos do sexo masculino do que indivíduos do sexo feminino.

No que tange a índice de juventude¹⁰, há uma relação média de 570,1%, significando que por cada 100 idosos existem 570 jovens, o que acaba por confirmar que a população de Santa Catarina é jovem, conforme ilustra o quadro nº 2.

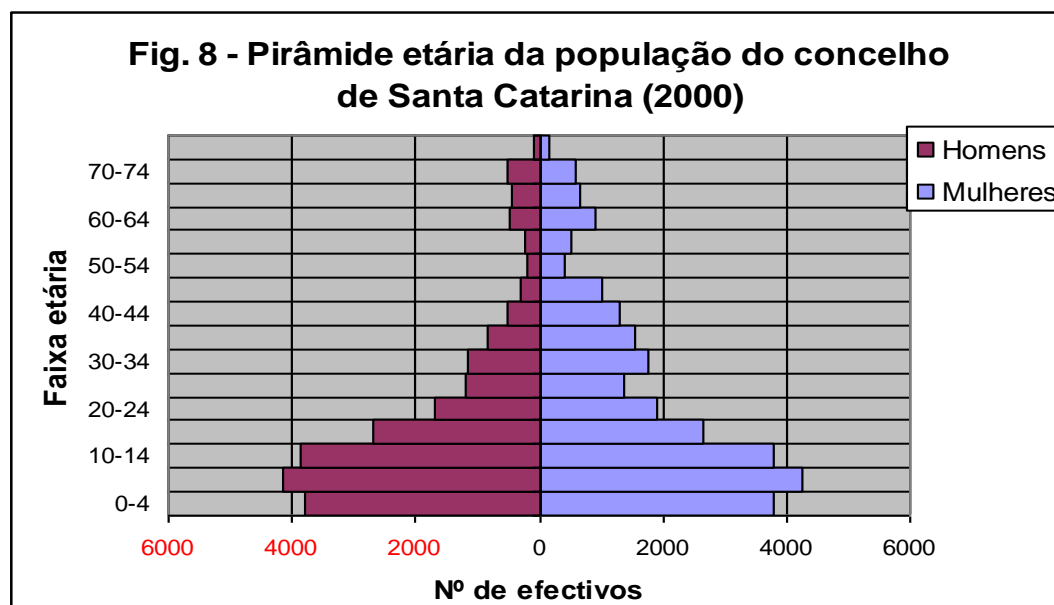
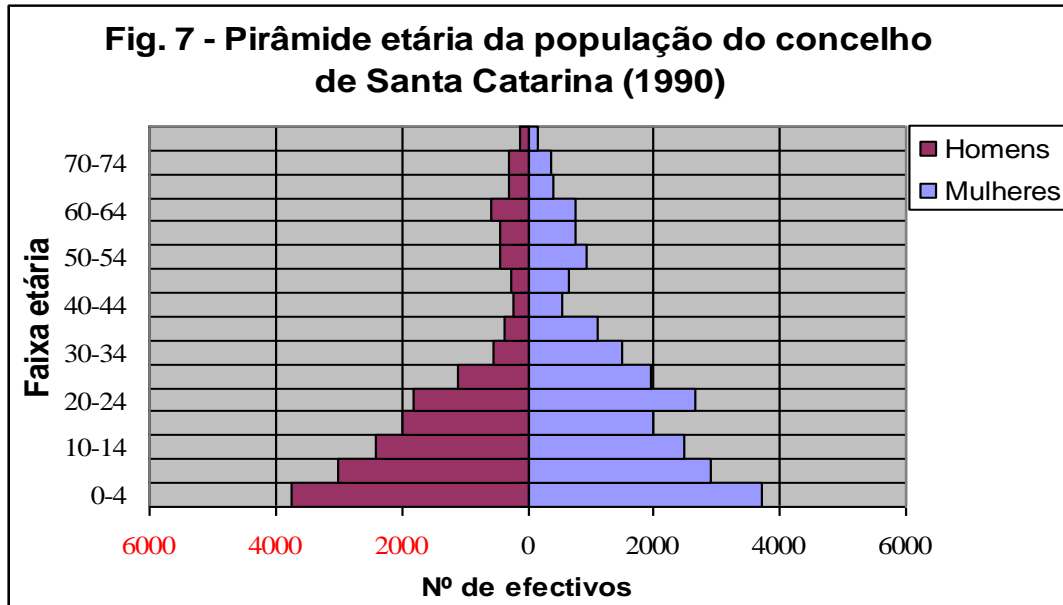
No que se refere ao índice de longevidade¹¹, temos uma relação média de 42,75%, significando que por cada 100 idosos menos jovens existe uma média de 43 idosos mais jovens, o que mostra uma tendência para o envelhecimento da população idosa no concelho (ver o quadro nº 2).

As pirâmides de idades (ver as figs. 7 e 8) que se seguem reflectem-nos a história demográfica do Concelho e com as suas análises ajudam-nos a levantar hipóteses explicativas de ordem social e económica. Elas evidenciam-nos ainda, os grandes desequilíbrios estruturais da população de Santa Catarina e permitem conhecer o grau de juventude ou envelhecimento.

¹⁰ Divide-se a população jovem (0-14 ou 0-19 anos) pela população idosa, multiplicar o resultado por 100. Compara directamente a população jovem com a população idosa. É um indicador que mostra o rejuvenescimento ou envelhecimento da população.

¹¹ Divide-se a população com 75 e + anos pela população com 65 e + anos e multiplica-se o resultado por 100. Compara o peso dos idosos mais jovens com o peso dos idosos menos jovens. É um indicador de medida do envelhecimento demográfico. (Nazareth, 2004)

2.4 Estruturas etárias



As pirâmides das figs. 7 e 8, apresentam-se em forma do acento circunflexo, tipo expansivo cuja base é muito larga, e vai se estreitando à medida que se aproxima do topo, devido a uma forte natalidade, que se traduz numa grande porção de jovens. São típicas dos países em desenvolvimento.

Consideramos, então, a faixa etária dos jovens prioritário em termos de atenção por parte das autoridades responsáveis, nomeadamente com a criação de infra-estruturas a nível da educação, saúde, emprego, mais postos de trabalho, etc.

Fazendo uma análise comparativa das duas pirâmides etárias, pode-se notar um ligeiro retraimento da base da pirâmide de 2000, em resultado da diminuição da natalidade, enquanto que a pirâmide de 1990, a base é muito alargada, registando diminuição de efectivos a partir do grupo etário seguinte (5-9 anos). Em 2000 nota-se um aumento na faixa etária de 5-9 anos, e uma progressiva diminuição dos efectivos a partir do grupo etário de 10-14 anos, afunilando até ao grupo etário dos 50-54 anos. A partir daí, verifica-se um aumento de efectivos nos grupos 55-59 anos e 60-64 anos e uma diminuição progressiva, até às idades mais avançadas da estrutura.

É de salientar a existência da classe oca, ou seja um estrangulamento ou reentrância, tanto na pirâmide de 1990, como na de 2000, isto é, classe com menor proporção de efectivos em relação a classe que se segue, correspondente precisamente aos efectivos nascidos entre 1940 e 1950. A existência dessa classe oca, tanto na pirâmide de 1990 como na de 2000, pode ser explicado, presumivelmente, pelas fomes que ocorreram no arquipélago nos períodos 1941-1943 e 1946-1948, provocando assim elevadas mortalidades, grande fluxo migratório, o que provocou a diminuição da natalidade e por conseguinte a diminuição da população em Cabo Verde e em particular no concelho de Santa Catarina.

No concernente a esperança média de vida, Cabo Verde tem vindo a aumentar, de 66 anos para os homens e 71 anos para as mulheres, em 1990, para 67 anos para os homens e 75 anos para as mulheres, em 2000. Contudo, nota-se que em Santa Catarina, uma porção bastante reduzida consegue ultrapassar esses anos e atingir idades iguais ou superiores aos 75 anos, durante o decénio, 1365 em 1990 e 1253 em 2000.

CAPÍTULO III – DINÂMICA DA POPULAÇÃO

3.1 - Natalidade/Fecundidade

Neste ponto, analisamos o comportamento da natalidade/fecundidade, bem como os determinantes mais próximos evidenciados no nosso domínio de estudo.

A natalidade e a fecundidade aparecem muitas vezes empregues como sendo palavras sinónimas, quando têm um significado completamente diferente. A natalidade mede a frequência dos nascimentos que ocorrem no conjunto da população total de um país, região, concelho, etc. enquanto que a fecundidade mede a frequência dos nascimentos que ocorrem num subconjunto específico – as mulheres em idade de procriar (15 - 49) (Nazareth, 2004).

Evidentemente que, numa população com elevado nível de fecundidade (população jovem), a tendência é para uma elevada taxa de natalidade, mas existem outros factores que condicionam a natalidade como o nível de conforto e o de instrução.

Segundo Nazareth, na sua obra «*Demografia – a ciência da população*», a principal característica da natalidade no século XX é o seu declínio, declínio esse que é, em geral, posterior ao da mortalidade. Se a diminuição dos níveis de mortalidade na maior parte dos países desenvolvidos é anterior ao século XX, o mesmo não acontece com a natalidade, cujo declínio ocorre praticamente no século XX.

Como sabemos, em alguns países em desenvolvimento, o declínio da natalidade ainda está no início do processo de transição. Pelo contrário, na maior parte dos países desenvolvidos, a transição da natalidade já acabou e as gerações já não se renovam.

3.1.1 - Natalidade

O quadro nº 3 demonstra uma taxa bruta de natalidade relativamente elevada em 1990 e a partir daí uma clara tendência de diminuição (INE – CV). De início para o final do decénio, a taxa de natalidade reduziu consideravelmente, na ordem de 7,3‰ (1990 – 2000) e esta diminuição deve-se, eventualmente ao uso crescente de métodos contraceptivos, uma maior expectativa perante a vida e dos níveis de conforto, entrada da mulher no mundo laboral e elevação do nível de instrução no concelho de Santa Catarina.

Quadro nº 3 – Taxa Bruta de Natalidade (‰) por ano			
Ano	Santa Catarina	Santiago	Cabo Verde
1990	38,2	42,7	38,4
2000	30,9	30,8	28,6
Fonte: INE – Censos 1990 e 2000, estatísticas vitais			

Segundo os dados da INE – CV, no ano 1990, Santa Catarina tinha uma taxa bruta de natalidade relativamente elevada), ligeiramente inferior a média nacional e inferior a média da ilha de Santiago. Esta taxa bruta de natalidade, de Santa Catarina, ocupava o segundo lugar no ranking nacional a seguir da praia (58,3‰), em 1990. Contrariamente, em 2000 temos uma taxa bruta de natalidade ligeiramente superior a ilha de Santiago e superior a média nacional.

3.1.2 – Fecundidade

A fecundidade é caracterizada pelo número médio de crianças que uma mulher pode ter ao longo da vida. Este fenómeno depende de vários factores, tais como: políticos, culturais, religiosos, estrutura da população, níveis de instrução, das condições socio-económicas, etc.

O conhecimento do nível de fecundidade e da sua tendência é de extrema importância para o estudo da população, uma vez que permite planear fenómenos sociais e económicos e tomar medidas no sentido de reduzi-la ou incentivá-la. (Fortes, 2000).

Segundo os censos de 1990 e 2000, no concelho de Santa Catarina, o número de mulheres em idade de procriar (15 – 49 anos) tem vindo a diminuir, passando de 10395 em 1990 para 8371 em 2000, representando uma diminuição de 2024 mulheres em idade de procriar, o que pode ter reflexos na diminuição da fecundidade, implicando deste modo uma diminuição da natalidade.

Segundo os dados do INE – CV, a fecundidade em Cabo Verde tem demonstrado uma diminuição, passando de 7,5 filhos por mulher em 1970 para 6,3 em 1980 e 5,6 em 1990, registando uma média de 4,0 filhos por mulher no período compreendido entre 1995-1998 e perspectiva-se que nos anos 2010 e 2020 serão de 3,4 e 3,0 respectivamente.

O concelho de Santa Catarina, em 2000, faz parte do grupo dos concelhos com maior índice sintético de fecundidade com 4,6 filhos por mulher, juntamente Santa Cruz (5 filhos por mulher) e Tarrafal (4,4 filhos por mulher). É de realçar ainda que estes concelhos são a par dos outros, os que o analfabetismo atinge níveis mais elevados (Censo 2000).

Em Cabo Verde, o nível de instrução tem sido um dos factores que tem influenciado muito a fecundidade. Os dados disponíveis em 2000 demonstram que o índice sintético de fecundidade é maior naqueles sem nível pré-escolar e EBI, sendo naqueles com níveis de instrução superiores é cada vez menor o índice sintético de fecundidade. Também, segundo o Censo 2000, a fecundidade é maior quanto menor for o nível de conforto, o que nos leva a concluir que o concelho de Santa Catarina é um concelho com baixo nível de instrução e baixo nível de conforto, sabendo que faz parte do grupo dos concelhos com maior índice sintético de fecundidade.

3.2 - Mortalidade

A mortalidade é um fenómeno demográfico condicionado por factores intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo, dependendo das suas características físicas e biológicas e do meio envolvente. Como sabemos, a mortalidade é um fenómeno diferencial em razão do sexo, visto que na prática, geralmente a incidência da mortalidade é maior nos indivíduos do sexo masculino do que no sexo feminino.

Tendo em conta os dados da INE – CV, em Cabo Verde, a taxa de mortalidade tem vindo a diminuir, e no caso particular de Santa Catarina, apesar da sua taxa em 2000 estar

ligeiramente superior a média nacional e a média da ilha de Santiago, verifica-se uma diminuição da mortalidade geral, visto que a sua taxa em 1990 era de 7,5‰, uma taxa ligeiramente superior a média nacional (7,3‰) e ligeiramente inferior a média da ilha de Santiago.

Quadro nº 4 – Taxa Bruta de Mortalidade (‰) por ano			
Ano	Santa Catarina	Santiago	Cabo Verde
1990	7,5	7,7	7,3
2000	5,8	5,7	5,6
Fonte: INE – Censos 1990 e 2000, estatísticas vitais			

Da observação do quadro nº 4, pode-se verificar uma tendência de diminuição da taxa bruta de mortalidade, apresentando uma variação de – 1,7‰ de 1990 para 2000. As causas dessa tendência decrescente da mortalidade geral deverão ser procuradas, na melhoria das condições gerais de saúde, mudança dos hábitos alimentares, aumento do nível de instrução e da informação e de uma forma geral na melhoria das condições de vida da população de Santa Catarina.

3.3 - As Migrações

As migrações constituem um dos fenómenos demográficos que contribuem para o aumento ou diminuição de uma população (variação da população) e se encontram dependentes de um conjunto de factores de ordem política, social, económica, cultural e até psicológica. Em Cabo Verde, quando se faz referência a esse fenómeno, ressalta-se a ideia de emigração. Pode-se afirmar que este é um fenómeno dependente das condições socio-económicas das pessoas e remonta a existência do homem cabo-verdiano.

No concelho de Santa Catarina, como parte integrante de Cabo Verde esse fenómeno não tem sido excepção.

3.3.1 - As Migrações internas

Em Cabo Verde, a migração interna não é diferente daquela que se verifica no resto do mundo, sobretudo a nível dos países em desenvolvimento. Devido a política adoptada pelo Estado, desenvolveu-se três centros atractivos, Cidade da Praia na ilha de Santiago, Mindelo em São Vicente e Vila de Espargos na ilha do Sal, sendo no primeiro o estatuto da Cidade Capital permitiu a acumulação de importantes funções que oferecem emprego, o segundo pela existência do histórico Porto Grande e o terceiro a existência do aeroporto internacional. Esse modelo de desenvolvimento provocou um fenómeno demográfico muito antigo que iniciou com a Revolução Industrial, designado de êxodo rural, sendo assim, em 2000, o conjunto formado por esses três centros dispõe de 38% da população total do arquipélago, sendo a ilha de Santiago com mais de metade da população do mesmo (54,3%).

As migrações internas se encontram relacionadas com a falta de oportunidades e emprego das populações levando a pobreza, daí as pessoas procuram melhores condições de vida noutras paragens, o que muitas vezes não passa de uma mera ilusão, dado que em muitos casos a situação piora.

Segundo os dados do INE, o concelho de Santa Catarina está longe de ser um centro atractivo das populações, gerador de emprego, visto que os estudos realizados demonstram que é um concelho relativamente pobre, por isso o seu saldo migratório¹² a nível nacional, é negativo (- 4405 em 2000), ou seja, tem-se verificado uma maior saída de pessoas para outros concelhos do país, do que entradas.

Quadro nº 5 – Saldo migratório entre o concelho de Santa Catarina e os restantes concelhos do país																	
Concelhos	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TF	SZ	PR	SD	SM	MO	SF	BV	Total
Saldo	15	11	-2	24	5	-96	-32	-26	29	-466	-4153	-57	188	21	104	30	-405
Fonte: INE – CV, Censo 2000																	

Legenda do quadro nº5

RG – Ribeira Grande
PL – Paul
PN – Porto Novo
SV – São Vicente

SZ – Santa Cruz
PR - Praia
SD – São Domingos
SM – São Miguel

SL - Sal
BV – Boa Vista
MA – Maio
TF - Tarrafal

MO - Mosteiros
SF – São Filipe
BV - Brava

¹² Diferença entre o nº de pessoas que entram (Imigração) e nº de pessoas que saem (Emigração).

Da observação do quadro nº 5, nota-se que o concelho apresenta um saldo migratório muito negativo, com destaque para os concelhos da Praia, Santa Cruz e Sal, podendo assim dizer que estes três concelhos são principais centros de acolhimento da população de Santa Catarina. Contrariamente, temos concelhos com quem Santa Catarina apresenta saldos positivos, nomeadamente São Miguel e São Filipe, podendo dizer que Santa Catarina apresenta algumas atracções à população desses dois concelhos mencionados.

Em conclusão pode-se afirmar que a imigração é muito fraca no concelho devido as suas condições pouco atractivas, aliada a fraca oportunidade de emprego e à sua pobreza. Já o mesmo não se pode dizer como outro fenómeno, a emigração.

3.3.2 - As Migrações Internacionais

As migrações internacionais tem sido um dos fenómenos que acompanhou o povo cabo-verdiano ao longo da sua história e tem contribuído para o desenvolvimento do país e do concelho de Santa Catarina em particular. Esse fenómeno que se encontra ligada ao povoamento do arquipélago e às condições socio-económicas do país consiste na saída de pessoas à procura de melhores condições de vida e de trabalho em outros países.

Segundo o censo 2000, mais de metade da população cabo-verdiana reside fora do país. Esses emigrantes contribuem para o desenvolvimento do país com a entrada de divisas através das remessas que enviam aos familiares, construção de habitação e até investimentos no comércio, aquisição de propriedades para o cultivo e outros fins, etc.

Por outro lado, essa emigração tem contribuído para a redução da fecundidade e consequentemente para a diminuição da população no concelho, uma vez que, aqueles que mais emigram são jovens e adultos, aqueles que estão em idade de trabalhar mas também em idade de procriar.

Devido a ausência de dados não podemos abordar de forma mais clara e objectivo esse aspecto. Só é de salientar que o destino preferencial dos santacatarinenses é o continente europeu, e em menor número, o americano, africano e a oceânia. Para o continente asiático o número de emigrantes é muito reduzido. Relativamente ao continente europeu, Portugal, França, Holanda e Luxemburgo, são países preferidos.

A emigração abrange ambos os sexos, com a maior incidência no sexo masculino e praticamente todas as idades. Abrange, principalmente chefes de famílias e as idades mais atingidas são as compreendidas entre os 20 e 30 anos, sendo muito fraco nas idades inferiores a 10 anos e superiores a 60 anos.

Dada as restrições impostas pelos países de acolhimento, com fortes impactos sobre a economia do concelho e do país em geral, leva nos a concluir que a emigração tem reduzido de uma forma drástica durante o decénio. Essa diminuição de saída de pessoas para o exterior tem contribuído, não só para uma diminuição das remessas, como também para um aumento da população jovem, levando a uma forte pressão sobre os recursos do concelho, e tem contribuído para o aumento do desemprego/subemprego e da pobreza no concelho. Assunto esse que abordaremos no último capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO IV – SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO

Quando se estuda a demografia de um lugar, região ou país, torna-se quase um imperativo o caracterizar, social e economicamente, visto que existe uma estreita ligação entre estes aspectos.

Como sabemos a economia cabo-verdiana está fortemente dependente das transferências externas, nomeadamente da comunidade cabo-verdiana na diáspora, e da cooperação internacional, devido aos fracos recursos existentes, levando a baixos níveis de produtividade, uma actividade industrial deficitária que não consegue produzir nem 15% daquilo que é consumido. Esse facto faz com que as pessoas vão a emigração como forma de melhorar as condições de vida.

Em 1990, o Produto Interno Bruto per capita, permitiu a integração de Cabo Verde no grupo de países de economia de rendimento baixo-médio. Esta classificação feita pelo Banco Mundial, nos finais de 1990 foi graças a bons indicadores sociais e elevados padrões de esperança de vida e de educação dos cabo-verdianos.

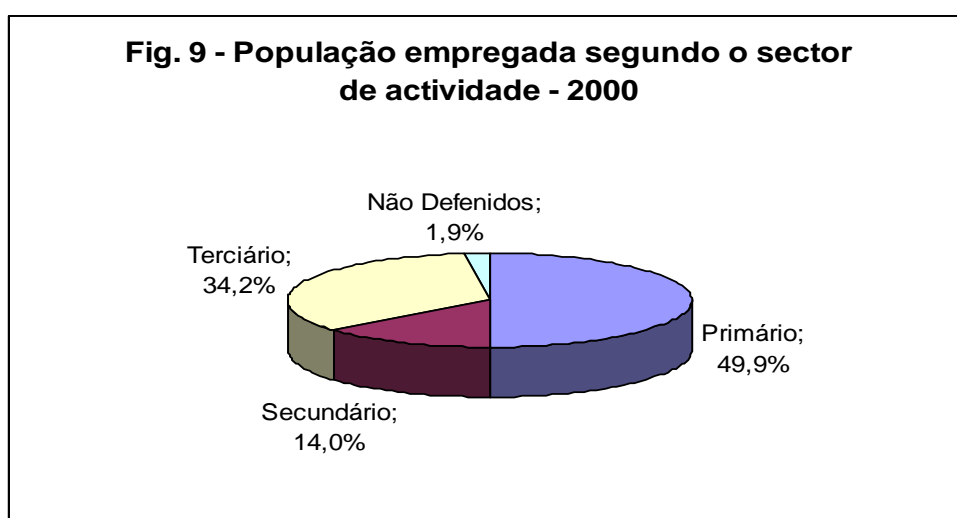
Mais recentemente, em 2004, o Índice de Desenvolvimento Humano conseguido permitiu a integração do país no grupo de Países de Desenvolvimento Médio (PDM), a partir de Janeiro de 2008, deixando assim, o grupo de países de baixo rendimento (Países Menos Avançado).

Não obstante, esses títulos conseguidos, o desemprego e a pobreza são dois flagelos que afligem o nosso país e em particular o concelho de Santa Catarina.

A pobreza e o desemprego que assolam o concelho fazem com que as pessoas procurem melhores condições de vida no exterior, o que ultimamente tem sido difícil, devido às restrições impostas pelos países de acolhimento.

4.1 - Caracterização económica

A carência de dados estatísticos sobre o sector económico no Concelho em estudo constitui o principal factor que impede uma análise aprofundada e mais detalhada e mais concreta deste sector, o que seria muito importante para uma melhor compreensão dos fenómenos demográficos.



Fonte: INE – CV, Censo 2000

Da análise do sectograma, apresentado na fig. 9, pode-se notar claramente que o sector predominante no concelho é o sector primário e seguidamente o sector secundário.

A economia do concelho de Santa Catarina depende, essencialmente, da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, seguido do Comércio a Retalho e da Construção Civil.

Quadro nº 6 – Trabalhadores segundo as principais actividades económicas – 2000	
Actividades	N.º de Trabalhadores
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	6.846
Comércio a grosso, a retalho, Hotéis e Restauração	2.337
Construção	2.040
Total	11.223
Fonte: INE – Censo 2000	

As indústrias extractivas e transformadoras, electricidade e gás, empregam pouco mais de 5% da população. Em relação à agricultura, Santa Catarina é um dos concelhos com maior percentagem da população agrícola do país, empregando, nomeadamente, um bom número de jovens e mulheres. De referir que as famílias, normalmente, exercem outras actividades complementares com as actividades agrícolas, nomeadamente nas frentes de alta intensidade de mão-de-obra, na pesca, no corte e costura, na comércio, etc.

O comércio é uma actividade que vem crescendo no Concelho, processando em estabelecimentos situados nas ruas em dias de feiras, bem como pequenas e médias lojas comerciais que se localizam na sua maioria na Cidade de Assomada (capital do Concelho), prevalecendo o comércio a retalho de produtos alimentares e vestuários. É de salientar, ainda a existência do comércio ambulante nas ruas da Cidade de Assomada.

4.1.1 - O sector primário

Segundo os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, o concelho de Santa Catarina conta com 33748 indivíduos em idade activa e 17043 empregados, em 2000. O **sector primário** (agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e industrias extractivas) abarca 49,2% do total dos empregados correspondendo a 8378 indivíduos. A maioria dessa população do sector primário trabalha na agricultura, associada à criação de gado e silvicultura, dado que Santa Catarina é um concelho eminentemente rural, com cerca de 86% da população a viver no meio rural e apenas 14% a viver no meio urbano, em 2000.

4.1.1.1 - Agricultura

Segundo os dados do Plano Ambiental Municipal de Santa Catarina – 2004, o Concelho de Santa Catarina é o detentor do maior potencial agrícola de sequeiro e de regadio a nível da Ilha de Santiago.

No entanto, a agricultura é caracterizada por produções flutuantes e imprevisíveis que muitas vezes não satisfazem as necessidades básicas da população devido a vários factores, tais como: a escassez e irregularidade das chuvas, levando ao rebaixamento dos lençóis freáticos e, conseqüentemente, à diminuição dos caudais, a forma tradicional de cultivo dominado pela associação de milho e feijões. Quanto a esse último factor, tem sido alvo de diversas acções de sensibilização e mobilização dos agricultores no sentido de optarem por práticas agrícolas diferentes com reduzidos períodos de produção. Ainda é de mencionar a capacidade de gestão e usos de recursos principalmente nas culturas de regadio. Também as formas indirectas de exploração de terras que segundo alguns agricultores vêm dificultando a modernização dos meios de produção, a introdução de novas técnicas de cultivo, não permitindo a mudanças de culturas, que só podem ser feitas mediante a permissão do proprietário das áreas agrícolas.

Apesar de estes factores influenciarem negativamente nas produções agrícolas do Concelho, este detém um grande potencial agrícola na Ilha de Santiago e isto se deve em parte, aos vales relativamente húmido, como Boa Entrada, Charco, João Dias, Ribeira dos

Emgenhos, Ribeiras dos Picos, Tabugal, Chã de tanque, Odju d'água, Pinha dos Engenhos e, também aos facto de grande parte das suas terras se situarem acima de 400 metros de altitude.

É de realçar a iniciativa de alguns agricultores de se organizarem em associações com intuito de resolverem algumas das situações que constituem entrave ao desenvolvimento do sector agrícola. Essas associações constituem importantes parceiros do Ministério de Ambiente e Agricultura e essa parceria vem funcionando nos termos de protocolos assinados por ambas as partes. Pois, mediante estes protocolos, a delegação do MAA faz o acompanhamento do apoio técnico e as associações ocupando-se da execução de projectos. As associações vêm actuando em vários domínios: água, reflorestação, plantações, construção de reservatórios e servem em grande parte como elemento de ligação ao MAA e aos agricultores, em geral.

Em Santa Catarina, a semelhança do que acontece a nível nacional, praticam-se duas formas de agricultura: a agricultura de sequeiro, praticada nos três meses do período húmido; a agricultura de regadio, praticada durante todo o ano.

A agricultura de sequeiro é praticada durante o período das chuvas, que começa normalmente no mês de Julho e termina em Outubro. As culturas são totalmente dependente das chuvas, constituídas por milho, feijões, sapatinhas, bongolões, congos, etc. Também cultivam-se outros produtos principalmente para o auto-consumo, por exemplo, as abóboras, o amendoim, a batata-doce e a mandioca.

De acordo com os dados do Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina 2001/06, o Concelho é detentor de maior área de sequeiro do país. No entanto, é de salientar que essa área bem como as produções variam de ano para ano, e essas variações depende de vários factores, entre as quais, a raridade e irregularidade das chuvas (as chuvas são aleatórias/incertas no tempo e no espaço) aliada à degradação dos solos que são usado de uma forma incorrecta, não respeitando as suas potencialidades, isto é, cultiva-se em todo tipo de terreno, não distinguindo terreno de pastagem, terreno de florestas, etc. Muitas vezes, os agricultores não adoptam práticas culturais a fim de proteger o solo da erosão, por exemplo, todo o ano adoptam a mesma prática de preparar o terreno para a agricultura (sementeira de sequeiro), limpa o terreno de toda a vegetação natural (roça) deixando o terreno nu e exposto totalmente a acção erosiva das enxurradas (cheias), as mondas que também raspam as terras deixando-as soltas e desprotegidas.

São essas práticas negativas de origem natural aliadas aos maus hábitos humanos que levam a uma degradação do solo provocando assim, a diminuição das áreas cultiváveis, a diminuição das produções, uma vez que, estas são totalmente dependentes das precipitações.

No que tange a forma de exploração das terras, é de salientar que cerca de 60% das explorações na agricultura de sequeiro é por regime indirecta/renda, 9%, indirecta/parceria, 25% de explorações é no regime directa/conta própria e apenas 5%, no semi-directa/posse útil, segundo os dados do Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina.

Quanto à agricultura de regadio, é praticada durante toda a parte do ano, geralmente nas parcelas situadas no fundo das ribeiras de Chã de Tanque, Mato Sanches, Charco, Boa Entrada, que dispõem de outras fontes de água para além das chuvas como: águas correntes das ribeiras de poços, furos, nascentes ou galerias. As culturas praticadas são de diferentes espécies, tais como a cana-de-açúcar, bananeira, hortaliças, (tomate, alface, cebola, cenoura, mandioca, etc.).

Segundo os dados da Delegação do Ministério de Ambiente e Agricultura em 1997, havia uma área irrigada de 180 ha e, em 1993, a área irrigada era de 158 ha. Pode-se constatar que as áreas irrigadas têm vindo a aumentar e o regadio tem vindo a manter-se apesar das fracas precipitações. Isto, deve-se em grande parte ao reforço das explorações das águas subterrâneas e ao trabalho de conservação dos solos e água, com destaque para a construção dos reservatórios.

Segundo os dados do Plano Ambiental Municipal, as principais zonas da prática de agricultura de regadio no concelho de Santa Catarina são: Ribeira de Boa entrada, Engenhos, Chã de Tanque, Mato Sanches, Selada, Sedeguma, Charco e Achada Leite.

O sistema de rega por alargamento vem sendo substituído por sistema de rega gota-a-gota, e estes tem contribuído para redução da perda de água, levando assim a um aumento da área irrigada e consequentemente um aumento da produção agrícola.

A comercialização dos produtos é feita na cidade de Assomada onde também é feito o seu escoamento para Praia e outras ilhas. No entanto, alguns produtores vêm deparando com problema de comercialização de alguns produtos como é o caso de batata comum e da cebola, devido a colocação do mesmo produto oriundo da importação gerando alguma concorrência com efeito negativo para os produtos locais.

Relativamente à utilização de pesticidas e adubos, estes são utilizados de uma forma racional tendo em conta as várias formações administradas aos profissionais e técnicos da área assim como agricultores e pelo acompanhamento permanente no terreno por parte dos técnicos da extensão rural.

A figura que se segue mostra-nos um sistema moderno de agricultura intensivo em Santa Catarina onde o terreno é dividido em parcela com uma forma geométrica rectangular, em que cada parcela é ocupada por uma cultura (monocultura) e com um sistema de rega gota-a-gota.

Fig. 10 – Agricultura de regadio, na localidade de Charco em Santa Catarina



Fonte: Plano Ambiental Municipal de Santa Catarina (2004)

No que se refere a formas de exploração da terra na agricultura de regadio é de salientar que cerca de 46% de explorações na agricultura é por regime indirecta/renda, 21% indirecta/parceria, 29% de explorações é no regime directa/conta própria e apenas 5% no semi-directa/posse útil, segundo os dados do Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina.

4.1.1.2 – Pecuária

A pecuária é uma actividade quase sempre associada à agricultura, ainda mais, quando essas actividades são tradicionais, elas complementam-se.

No concelho de Santa Catarina, a agricultura (sequeiro e regadio) está muito associada a criação de gado. Nos terrenos de sequeiro, após a colecta, os terrenos cultiváveis e vagos são ocupados com gados e também aproveita-se as palhas para alimentar o gado até o outro

período húmido. Na agricultura de regadio, o gado é criado em casa em «cural» e/ou nas proximidades das parcelas.

Segundo o Recenseamento Pecuário de 1994/95, Santa Catarina é a nível nacional, o detentor do maior efectivo de caprinos e bovinos e o segundo de suínos.

O Concelho ocupa um lugar de destaque a nível do País, com um efectivo pecuário de 12.677 cabeças de gado caprino, 5.364 cabeças de gado bovino, 1.008 cabeças de gado ovino, 10.917 suínos e 34.129 galinhas.

É ainda o principal produtor de carne bovina e o maior fornecedor de carne a nível nacional.

4.1.1.3 – Pesca

A pesca constitui uma das actividades socio-económicas praticada em Santa Catarina, apresentando um carácter artesanal, limitando-se a zona costeira e praticada principalmente nos povoados de Ribeira da Barca e Rincão dependendo das condições climáticas, dos barcos mal equipados e de «botes com linhas».

Em ambas as localidades, os pescadores dispõem de escassez de recursos em termos materiais e equipamentos de pesca. Os botes são de pequeno porte equipados com motores e alguns sem motor, o que torna muito difícil de fazer a pesca em zonas longínquas do alto mar. Os materiais mais utilizados são os engenhos de linha, rede de praia e rede de emalhar.

O quadro que se segue ilustra a evolução de botes e pescadores do ano 1998 a 1999 nas duas zonas piscatórias do Concelho.

Quadro nº 7 – Evolução do número de botes e pescadores no concelho de Santa Catarina 1998-1999								
Zona	1998				1999			
	Botes		Pescadores		Botes		Pescadores	
	Com Motor	Sem Motor	Exclusivo	Parcial	Com Motor	Sem Motor	Exclusivo	Parcial
Ribeira da Barca	18	24	236	6	20	9	105	6
Rincão	37	27	320	10	34	31	136	-
Santa Catarina	106		572		94		247	
Fonte: INDP								

Da análise do quadro nº 7, verifica-se que, em 1998, o número de botes com motor é ligeiramente superior ao número de botes sem motor e a maioria dos pescadores fazem as pescas sob regime de ocupação exclusivo. Para o ano 1999, houve uma diminuição de botes, tanto botes com motor como botes sem motor.

Nota-se, ainda uma diminuição do número de botes como o número de pescadores do ano 1998 para o ano 1999. Essa diminuição é explicada, presumivelmente, pelo facto de Santa Catarina ser um concelho fortemente agrícola em que um número significativo de pescadores foram absorvidos pelo trabalho de campo nesse ano, por falta de condições financeiros para suportar os custos da reparação das suas embarcações e motores e ainda por falta de motivações por parte dos pescadores destas localidades.

No concernente ao número de captura da pesca, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, no concelho de Santa Catarina é baixa relativamente aos outros concelhos do país. Diminui de 38.076kg, em 1998 para 27.657kg , em 1999.

Segundo as informações fornecidas pelos pescadores de Rincão, a captura tem vindo a diminuir devido a diminuição de número de botes e de pescadores e das péssimas condições de armazenamento dos peixes.

4.1.2 – O sector secundário

Este sector não tem grande afluência no concelho de Santa Catarina, visto que emprega apenas 14% dos activos no Concelho.

De acordo com os estudos realizados pelo antigo Ministério da Coordenação Económica, a ilha de Santiago ocupa a segunda posição no cômputo nacional, no que diz respeito à vocação industrial, o que se deve à circunstância de deter enormes potencialidades, nem sempre convenientemente exploradas.

Santa Catarina reflecte de perto a situação da ilha. O Concelho detém uma significativa capacidade de realização em termos de construção de habitações particulares, derivada quer das remessas de emigrantes quer da capacidade empresarial em expansão.

Porém, o desenvolvimento das potencialidades do Concelho enferma de alguns constrangimentos significativos:

- a) Constrangimentos existentes ao nível do sector empresarial em si mesmo;
- b) Inexistência de zonas infraestruturadas para a instalação de indústrias;
- c) Cortes frequentes no fornecimento de energia eléctrica;
- d) Pouca disponibilidade de água;
- e) Formação profissional com reduzida expressão;
- f) Carência de espaços adequados à actividade económica, nomeadamente, mercado municipal, mercado abastecedor, e centros comerciais;
- g) Ausência de fiscalização e controle da qualidade dos produtos;
- h) Bloqueios ao nível dos circuitos administrativo e financeiro, com reflexos sobre os mecanismos de acesso ao crédito;
- i) Fraco dinamismo das associações representativas da classe empresarial.

4.1.2.1 - Indústria

Se formos considerar a indústria no seu sentido lato, chegaremos a conclusão que o Concelho não dispõe de indústrias. Entretanto, se for no sentido restrito, como sendo actividades de transformações, geradoras de algum rendimento, podemos encontrar algumas actividades como: indústria de panificação, produção de rações para gado, produção de blocos, cerâmica (utilitária e artística), avicultura, produção de aguardente, carpintaria e marcenaria, agro - indústria, em particular no ramo da doçaria, a confecção de vestuários, etc. É de realçar que essas actividades são, na sua maioria, de pequenas explorações de tipo familiar.

4.1.2.2 – Construção civil e obras públicas

A construção civil é uma das actividades muito importante para o concelho, visto que proporciona emprego para os activos do concelho, apesar desse emprego não ser com um contrato de trabalho e nem contempla seguro (protecção social).

Este é um subsector que tem vindo a crescer muito nos últimos tempos por causa de construção de equipamentos públicos e colectivos e devido a um crescente investimento por parte dos imigrantes na construção de habitação própria e de obras com fins comerciais no Concelho.

A construção de infra-estruturas sociais tais como: calcetamento de ruas, placa desportiva, centros comunitários e de juventude, têm também criado algum emprego para a população de Santa Catarina, pese embora, seja um emprego mal remunerado e por um período de tempo relativamente curto.

4.1.3 - O sector terciário

O sector terciário é aquele que ocupa maior percentagem da população nos centros urbanos do país e aquele que mais tem contribuído para a formação do Produto Interno Bruto, em Cabo Verde.

Podemos constatar que o sector terciário é o segundo sector empregador dos activos no Concelho, contando com 34% dos empregados activos, em 2000.

4.1.3.1 – Serviços

Este subsector é de suma importância para a população do concelho. É de realçar que encontramos as actividades como, administração pública, defesa e segurança social (obrigatória), educação, bancos, seguros, escritórios, hospitais restauração, policia, etc.

4.1.3.2 – Transportes

Quanto a este subsector, o Concelho apresenta um défice. Os meios de transporte utilizados pela população são as viaturas hiacas para transportes de passageiros e viaturas de caixa aberta, na maioria das vezes utilizadas para transporte de carga e passageiros que circulam entre as localidades do Concelho e fazem a ligação com o concelho Praia e outros concelhos. O transporte de pessoas e bens encontra-se minimamente garantido, pelo que a deslocação dos meios de transporte é feita com uma certa regularidade, com excepção das zonas de difícil acesso, como é o caso de Rincão, Librão, Entre Picos de Reda, entre outros.

O acesso portuário só é possível em Ribeira da Barca e Rincão, mas apenas para a pesca artesanal, pelo que até este momento não dispõe de um Porto com capacidade de receber cargas e descargas de mercadorias para outras paragens e não dispõe, ainda de aeroporto.

4.1.3.3 – Comércio

O subsector do comércio é de suma importância para o Concelho de Santa Catarina ocupando o segundo lugar no cômputo geral da ilha.

Segundo os dados da 1ª fase do recenseamento empresarial realizado pelo INE em 1997, 44% das empresas do Concelho de Santa Catarina dedicam-se ao comércio a retalho, em estabelecimentos não especializados.

As principais actividades comerciais são desenvolvidas na vila de Assomada (levada a categoria de Cidade aos 13 de Maio de 2001), o que se pode provar pela existência de maior parte das unidades comerciais no Concelho como: minimercados, lojas, drogarías, mercado municipal, etc. As próprias ruas próximas do mercado municipal nos dias de feiras (Quarta feira e aos Sábados), transformam-se num autêntico mercado de géneros alimentares, bem como vestuários e outros, vendidos pelos comerciantes do Concelho e de outros concelhos da ilha de Santiago.

O comércio de importação e exportação é praticamente inexistente em Santa Catarina. Do universo de 550 empresas, em actividade, apenas 3% (ou seja 16 empresas) importam.

As restantes 534 empresas, representando 97% do total, não importam nem exportam, situando-se no ramo de comércio retalhista.

O comércio retalhista expande-se a um ritmo intenso, com efeitos positivos na geração de auto-emprego. Porém, esta expansão não tem sido acompanhada pela criação de novos espaços dedicados ao comércio, provocando alguns prejuízos à imagem da cidade.

O sector do comércio carece de uma abordagem integrada, seja a nível institucional, seja a nível de formulação de políticas.

4.1.3.4 – Turismo

O turismo tem sido considerado como uma das vias para se promover o desenvolvimento da economia cabo-verdiana. Pelo que o concelho de Santa Catarina não foge a regra.

Pelo facto de se poder considerar que as tendências de engajamento no mercado de trabalho continuarem a apontar a agricultura como sendo uma grande opção para o emprego da mão-de-obra local, a população ainda não interiorizou a ideia de que poder-se-á encontrar outras oportunidades investindo em sectores como o turismo, por exemplo. O turismo constitui a grande aposta e opção para os problemas decorrentes da falta de chuva que aflige a maioria da população rural. Isso faz com que em Santa Catarina, como em todos os concelhos de população maioritariamente rural, o dinamismo socio-económico não evidenciou alcance determinante.

Santa Catarina até agora tem sido um "local de passagem" para Tarrafal, para a maioria dos turistas que visitam o arquipélago e a ilha de Santiago em particular, apesar de todo um leque de potencialidades que o Concelho oferece para o desenvolvimento de um turismo de montanha com uma forte vertente cultural. Com efeito, o desenvolvimento deste turismo deve fundamentar-se em bases sustentáveis, tanto do ponto de vista económico e ambiental como social, ou seja a opção feita deve ter um impacto fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população tal como no enriquecimento sociocultural das comunidades locais.

Pode-se dizer que o Concelho é mal servido em termos de infra-estruturas turísticas, na medida em que, em 1990, apenas existia a pensão “ Asa Branca” com serviço bar e restaurante. Durante o decénio permaneceu apenas essa pensão e só em 2000 apareceu a pensão “Paris 2000” com serviço bar e restaurante.

No que concerne aos serviços bar e restaurante, o Concelho dispõe de várias unidades, sendo os serviços de bar existente em quase todas as localidades, muito embora, não apresentam boas qualidades e os de restauração, em 1990 só existia em Assomada e, em 2000 na Assomada e Ribeira da Barca.

Quanto às zonas com maiores potencialidades para o desenvolvimento deste sector, temos: o Planalto de Assomada, Serra Malagueta, Achada Igreja (Picos), Ribeira da Barca, Ribeira dos Engenhos (Engenhos, Chã de Tanque, Rincão, etc.).

4.2 – Caracterização Social

4.2.1 – Saúde, nutrição, saneamento básico e abastecimento de água

4.2.1. 1 – Saúde

A saúde é um dos sectores chaves da economia de qualquer país, visto que, o seu desenvolvimento condiciona fortemente outros sectores de actividade. A graduação de Cabo Verde no grupo dos países de Desenvolvimento Médio deve-se, em grande parte das melhorias conseguidas no domínio de saúde e de outros sectores importantes do país.

Santa Catarina, sendo um concelho com fracos recursos mas com fortes potencialidades para o turismo rural e de montanha, poderá apostar no desenvolvimento do turismo, mas para tal é necessário investir muito mais no Concelho em geral e particularmente no sector da saúde, colocando à disposição dos visitantes condições de assistência médica e medicamentosa adequadas.

Segundo os dados fornecidos pela Delegacia de Saúde de Santa Catarina, até o ano 2000, o concelho dispunha de um conjunto de infra-estruturas sanitárias nomeadamente:

- Um Hospital Regional, no centro urbano de Assomada;
- Um centro de saúde, na Achada Igreja;
- Centro de PMI/PF/PAV, na vila de Assomada;
- Um posto sanitário, em Ribeira da Barca;
- E Unidades Sanitárias de Base (USB) em nove localidades do Concelho, nomeadamente a de Chã de Tanque, Achada Lém, Rincão, Saltos Acima, Figueira das Naus, Mato Gêgê, Ribeirão Manuel, João Dias e de Faveta.

Para além dessas infra-estruturas, existem no Concelho algumas infra-estruturas de caris privadas nomeadamente clínicas, consultórios e farmácias, concentrados no tecido urbano de Assomada.

Até o ano 2000, a maioria das localidades do Concelho, não dispunha de qualquer infraestrutura de saúde, fazendo com que a população desloca-se ao Hospital Regional em Assomada e às Unidades Sanitárias de Bases noutras localidades, afim de receber cuidados de saúde primário, e os casos que requerem cuidados relevantes, era inevitável a transferência para o Hospital Central da Praia.

O quadro nº 8 que se segue indica nos alguns indicadores gerais do estado da saúde no concelho de Santa Catarina.

Quadro nº 8 – Indicadores Gerais de Estado de Saúde do Concelho de Santa Catarina – 2000	
Mortalidade Geral	5,96 (por mil)
Mortalidade Infantil (0-1)	41,9 (por mil)
Mortalidade materna (um caso) – Aborto provocado	85,6 (por cem mil)
Mortalidade intra-hospitalar bruta	25,6 (por mil)
Mortalidade Neo-Natal Precoce	13,7 (por mil nascidos vivos)
Médico/habitante	1,8 (por dez mil Hab.)
Enfermeiro/Habitante	4,0 (por dez mil Hab.)
Cama/Habitante	1,4 (por mil habitantes)
Consultas/Habitante	1,06
Demora média de internamento	4,5 dias
Fonte: Delegacia de Saúde de Santa Catarina/Relatório de Actividades/2000	

Constata-se que, no concelho de Santa Catarina por cada mil nascimentos vivos morre cerca de 42 crianças com menos de um ano de idade por ano, podendo dizer que temos uma taxa de mortalidade infantil relativamente elevada, já que a média nacional, em 2000 é de 23,1 por mil, (GEP do Ministério da Saúde).

O número de enfermeiros e médicos para cada dez mil habitantes no concelho é relativamente fraco, o que leva nos a dizer que a população de Santa Catarina está mal servido em termos de médicos e enfermeiros.

4.2.1.2 - Nutrição

A situação nutricional depende da situação socio-económica das famílias, sendo as suas causas ligadas ao poder de compra das populações, aos maus hábitos alimentares, existência de dogmas sociais, etc.

Em Cabo Verde, a malnutrição, sobretudo crónica, constitui um importante problema de saúde infantil, pelo que Santa Catarina não constitui uma excepção.

O actual delegado de saúde do concelho afirma que existe grande número de crianças com malnutrição proteico-calórico grave, mas que a existência de preconceitos sociais, fazem com que muitas pessoas não recorram aos serviços de saúde, e só quando o estado é muito grave, procuram esses serviços. Essa situação faz com que os dados estatísticos não espelham a realidade do Concelho, no que se refere a esse assunto.

Resta realçar que não é de estranhar o facto acima referido, uma vez que cerca de 86% da sua população vive no meio rural, com baixo rendimento, baixo poder de compra, e com hábitos alimentares pouco diversificados, preocupando-se com «um pão de cada dia».

4.2.1.3 – Saneamento básico

O saneamento básico é um aspecto muito importante que deve ser tido em conta sempre, que se está a caracterizar socialmente um lugar, região ou país. Trata-se de eliminação de condições tendentes ao desenvolvimento de doenças epidémicas no seio dos habitantes, ou pelo menos de ambientes doentes, tanto dentro de casa como nos lugares públicos.

A evacuação de excreta processa-se principalmente por meio de fossas sépticas, não se conhecendo com exactidão o verdadeiro efeito na poluição dos aquíferos. Estão previstos o tratamento dos esgotos e sua utilização útil como uma via para minimizar a carência de água para rega da novel cidade e para evitar que esgotos se tornem uma eventual fonte poluidora das águas subterrâneas.

Em 1990, uma pequena percentagem da população do Conselho dispunha de casas de banho com retrete (10,6%), sendo que a maioria não possuía casas de banho nem retrete. Isso

significa que as pessoas recorriam a formas inadequadas, pouco higiénicos para a satisfação das suas necessidades fisiológicas.

Essa situação deve-se sobretudo à pobreza que existe no meio rural onde a população tem um nível baixo de escolaridade, dedicando-se às actividades primárias e mal conseguem obter uma casa com mínimas condições de habitabilidade.

Em 2000, a situação melhorou com o aumento do número das famílias com casa de banho com retrete. Essa melhoria das condições habitacionais deveu-se em parte a ajudas concedidas pela Câmara Municipal e pelos esforços das famílias aliadas às ajudas dos emigrantes do conselho.

No que tange aos resíduos sólidos, o Concelho tem um deficiente sistema de recolha e tratamento dos mesmos. No meio urbano, a recolha é feita de forma regular e, em alguns casos, porta-a-porta e em lugares previamente definidos. Muitas vezes, essa recolha não é feita a tempo e hora, trazendo problema. Após a recolha, os resíduos são transportados para a lixeira a céu aberto em Achada Galego e Achada Cemitério, onde são queimados acabando por poluir o ambiente. Nos meios rurais, não se processa essa forma de recolha de lixo, sendo assim os resíduos são expostos à natureza, ameaçando a o meio ambiente e a própria saúde pública.

O cenário que temos mostra que a situação do saneamento básico no Concelho é deficitário. Varias são as causas que contribuíram para agravar essa situação de entre as quais destacam-se a proliferação de lixo, o aumento da dinâmica do comércio informal, a insuficiência de equipamentos e infra-estruturas para recolha e transporte do lixo, a divagação de animais pelas ruas, o baixo nível de consciencialização das populações no domínio ambiente, a falta de redes de esgotos, entre outros. Essa situação é preocupante e tem como efeito imediato a redução da qualidade estético-paisagístico, o surgimento de varias doenças como diarreia, paludismo, doenças infecciosas, etc; a poluição do ar e a contaminação das águas subterrâneas.

4.2.1.4 - Sistemas de abastecimento de água

A escassez e o fornecimento de água à população constituem dois dos graves problemas do país e do Concelho em particular. Isso tem reflexos sociais e económicos na vida das populações. Pois, a água é um recurso altamente precioso, na medida que é indispensável à vida.

Em 1990, as nascentes, seguido dos chafarizes e poços são as principais formas de abastecimento de água. Já em 2000, os chafarizes passam a ser a principal forma de abastecimento de água e seguidamente, água canalizada, enquanto que, com as nascentes, houve uma diminuição drástica de 39,3%, em 1990 para apenas 4,7%, em 2000.

Dá para notar um aumento de água canalizada no Concelho, entre os anos 1990 e 2000, o que prova um esforço dos Serviços Autónomos de Água, sob a dependência da Câmara Municipal de Santa Catarina. Mas, mesmo assim, há uma fraca cobertura dessa rede no Concelho.

Nas zonas altas, a população recorre fundamentalmente a cisternas para aproveitar a água das chuvas para o uso doméstico.

4.2.2. Educação/Nível de instrução

A educação é dos sectores de extrema importância para qualquer país, dado o seu principal objectivo que é de instruir e educar ao mesmo tempo os indivíduos, preparando-os para a vida enquanto ser social. A educação constitui uma das necessidades básicas de um indivíduo, por isso, em todos os países do mundo, verifica-se fortes preocupações em criar condições para que todos possam ter acesso à educação.

Cabo Verde é dos poucos países da região da África subsariana onde o avanço conseguido ao longo dos anos, neste domínio, teve a sua quota-parte para a integração do país no grupo dos países de rendimento médio. Dada a fragilidade económica e escassez de recursos, é evidente a aposta do estado no indivíduo para atingir o desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Devemos referir que, com a reforma do ensino e a construção de escolas primárias praticamente em todas as localidades e secundárias em todos os concelhos, verifica-se um numero cada vez maior de alunos a concluir o 12º ano, mas a nível médio e superior, o país enfrenta algumas dificuldades, nomeadamente na atribuição de bolsas de estudos para o exterior. Em Cabo Verde, nas instituições públicas de formação média ou superior, verifica-se um número crescente de concorrentes contra uma reduzida disponibilidade de vaga. A nível das instituições privadas, as propinas praticadas dificultam o acesso de muitos estudantes. É de referir que a abertura de escolas técnicas em alguns concelhos do país veio a resolver em parte «o problema» que é o da formação profissional em Cabo Verde.

No concelho de Santa Catarina, o ensino é ministrado desde o nível pré-escolar ao 12º ano de escolaridade, que seguidamente passamos a abordar cada um dos subsistemas educativos no Concelho.

4.2.2.1 - Ensino Pré-Escolar

Esse nível é ministrado em jardins-de-infância, destinado às crianças com idade compreendida entre os 4 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico (6anos).

Segundo os dados do Plano de Desenvolvimento Municipal, em Santa Catarina o pré-escolar tem sido ministrado por diversas entidades: públicas, privadas, não governamentais, entre outras.

O ensino pré-escolar é ministrado em 56 jardins de infância, dos quais, 19 pertencem à Câmara Municipal, 17 à Promoção Social, 14 à Organização das Mulheres de Cabo Verde, OMCV, um à Cruz Vermelha de Cabo Verde, um à SOS e um a uma entidade privada, cobrindo um total de 2.550 crianças, no ano lectivo de 1999/2000.

Dos 56 jardins existentes, apenas 10 oferecem o mínimo de condições de funcionamento. Os restantes 46 funcionam em espaços alugados, sem um mínimo de condições. No entanto, para além do alargamento da rede do pré-escolar, será necessário repensar os aspectos organizativos e institucionais que deverão enquadrar o funcionamento deste subsistema de ensino.

Para uma cobertura efectiva de todas as localidades do Concelho necessita-se de mais 46 jardins-de-infância. Para além da construção de novos jardins, é necessário o alargamento e a melhoria dos já existentes.

4.2.2.2 – Ensino Básico Integrado

A partir do ano electivo 1994/95, a escolarização básica obrigatória passou a ser de seis anos e não de quatro anos como vinha a acontecer. Esse alargamento de idade escolar obrigatória para seis anos surgiu na sequência da reforma de ensino levado a cabo no mesmo ano pelo governo de Cabo Verde.

Em Santa Catarina, segundo os dados do Plano de Desenvolvimento Municipal, existe um total de 23 pólos geridos por 22 gestores, sete a tempo parciais e 15 a tempo inteiro.

A maior parte das localidades do Concelho de Santa Catarina, possui um estabelecimento do EBI, embora, persistem, ainda, situações difíceis provocadas, sobretudo, pela orografia do Concelho e pelo crescimento populacional.

No ano lectivo 1999/2000, o total de alunos inscritos atingiu o montante de 11.445, representando 23% da população do Concelho numa média de 29 alunos por turma

Ao nível do Ensino Básico Integrado, em 2000, funcionaram 206 salas de aula, sendo 167 pertencentes ao Estado, 14 cedidas e 25 alugadas. Esta distribuição demonstra, claramente, um grande congestionamento ao nível da capacidade de acolhimento e evidencia a necessidade de construção de mais salas de aula de forma a suprir as carências actuais do sector.

Por outro lado, a dispersão geográfica do concelho de Santa Catarina faz com que a cobertura total do Concelho seja extremamente difícil e custosa.

4.2.2.3 – Ensino Secundário

O ensino secundário é ministrado num liceu localizado em Assomada e constituído por dois blocos (A e B), cada um composto por 31 salas de aulas, mas a grande pressão da população escolar levou a criação de um anexo nos Picos em Freguesias de São Salvador do Mundo, no ano lectivo 1998/99, constituído por 10 salas de aulas.

O número de alunos matriculados no Ensino Secundário, durante o ano 1999/2000, eleva-se 4.800, distribuídos pelas duas Freguesias: Santa Catarina e São Salvador do Mundo. O número de alunos inscritos registou um aumento de, aproximadamente, 15% nos últimos dois anos (1998-2000).

4.2.2.4 – Ensino Técnico

Santa Catarina dispõe de uma Escola Técnica (início de funcionamento, em 2000) com excelentes condições de acolhimento dos alunos, tanto em termos de estrutura física como em termos de equipamento. Contudo, ela encontra-se subaproveitada, tendo em conta as suas potencialidades e a enorme carência de mão-de-obra qualificada a todos os níveis.

Neste sentido, recomenda-se a rentabilização da Escola Técnica de Santa Catarina, mediante a sua transformação numa Escola Técnica Polivalente e Regional.

Esta rentabilização passa pelo alargamento da sua oferta formativa. Sugere-se o alargamento da oferta actual, não só em termos de novas ofertas formativas, mas, também, em termos de novos públicos - alvo, nomeadamente, jovens à procura do primeiro emprego, e activos, entre outros.

4.2.2.5 – Formação Profissional

O desenvolvimento de Cabo Verde, conhecidas que são as suas carências em recursos naturais, só é possível se apostar fortemente na qualificação dos seus recursos humanos, por

forma a diminuir significativamente a sua dependência do exterior e melhorar a competitividade da sua economia.

A actual tendência de desenvolvimento, baseada numa economia onde os recursos humanos desempenham um papel estratégico, impõe uma forte necessidade de criação de modelos de aprendizagem mais eficazes. Os reduzidos níveis de escolarização da população exigem uma grande aposta na Formação Profissional.

Contudo, o sector tem deparado com alguns constrangimentos, devido à falta de uma Lei-quadro que regule a formação profissional e de articulação entre a educação e a formação profissional. As estruturas de formação não têm conseguido satisfazer, plenamente, as necessidades do mercado do trabalho.

O Concelho não dispunha de escolas de formação profissional, embora a formação seja eleita como um dos eixos prioritários no quadro das políticas de desenvolvimento do Concelho. Possui apenas dois centros de formação privados.

Em Santa Catarina, a semelhança daquilo que acontece em Cabo Verde, a abrangência da formação profissional é pouco expressiva, limitada a acções pontuais, organizada tanto pelas autoridades centrais como pelas autoridades locais e alguns centros de formação privados.

4.2.2.6 – Alfabetização e Educação de Adultos

Em 2000, a Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA), engloba as actividades de alfabetização, pós-alfabetização e formação profissional básica, que por ausência de dados não conseguimos aprofundar este ponto.

No que se refere ao nível de instrução, o quadro nº9 faz um resumo da situação do ensino no Concelho.

Quadro nº9 – População com 4 e mais anos segundo nível de instrução no concelho em 2000		
Níveis	Valor	%
Sem nível	15.040	43,2
Pré-escolar	2.550	7,3
Alfabetização	834	2,4
EBI	11.445	32,8
Secundário	4.800	13,8
Pós-secundário	131	0,4
Total	34800	100,0
Fonte: INE – CV, censo 2000		

Da observação do quadro nº9, dá para perceber que há uma grande porção de pessoas sem qualquer instrução (analfabetos) e um número relativamente baixo de pessoas com o nível pós-secundário. Resta ainda muito por fazer no Concelho quanto a este sector, sobretudo a construção de mais escolas, instalação de um pólo universitário de modo a possibilitar o acesso e ter mais pessoas qualificadas no Concelho, bem como melhorar as condições de vida das populações para que todos possam ter oportunidades de estudar, conforme se encontra na Carta dos Direitos Humanos.

4.2.3 – Estruturas habitacionais

A estrutura habitacional é influenciada pelas condições socio-económicas da população e ela tem influência directa na satisfação das necessidades básicas de educação, saúde, etc.

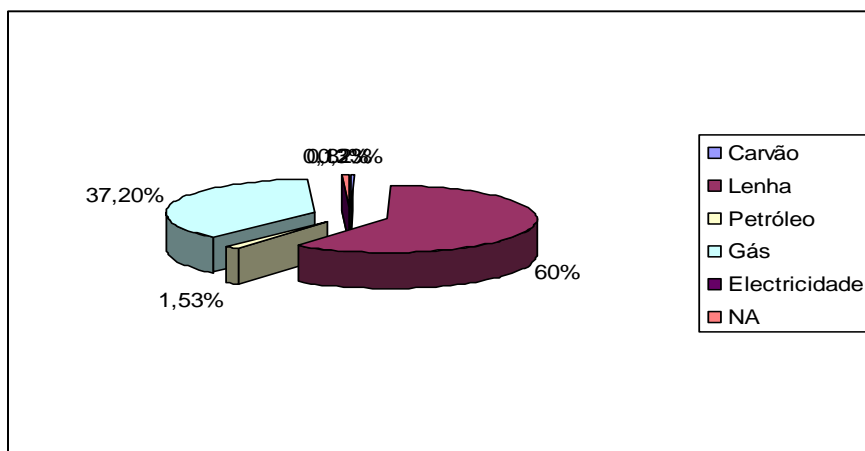
De acordo com os censos 1990 e 2000, o concelho de Santa Catarina tem 7921 e 9910 agregados familiares, respectivamente, distribuídos por diferentes tipos de habitação e em diversos regimes de ocupação, em que em 1990 há uma percentagem maior de famílias que possuem a casa própria em relação ao ano 2000.

Quadro nº10 – Agregados familiares segundo o regime de ocupação por ano censitário				
Regime de ocupação	1990		2000	
	Valor	%	Valor	%
Arrendamento	338	4,3	871	8,8
Próprio	7019	88,6	7663	77,3
Cedido	347	4,4	1318	13,3
Outro	217	2,7	58	0,6
Total	7921	100,0	9910	100,0
Fonte: INE – CV, censos 1990 e 2000				

Quanto a posse de casa de banho e retrete, o quadro nº11 evidencia a real situação do Concelho, em que em 1990 apenas uma pequena parte das famílias possuem casa de banho com retrete, para o ano 2000 houve um aumento considerável e quanto ao numero de agregados familiares sem casa de banho e sem retrete houve uma diminuição, o que mostra uma melhoria nas condições habitacionais da população.

Quadro n.º 11 – Agregados familiares segundo a posse de casa de banho e retrete por ano censitário										
Posse de casa de banho e retrete	WC com retrete		WC sem retrete		Retrete/latrina		Sem retrete e sem WC		NR	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1990	839	10,6	166	2,1	77	1	6339	86,3
2000	2683	27,1	411	4,2	30	0,3	6682	67,4	104	1
Fonte: INE – CV, censos 1990 e 2000										

Fig.11 – Agregados familiares segundo a principal fonte de energia para a preparação dos alimentos em 2000



Fonte: INE – Censo 2000

A fig.11 mostra-nos que a lenha é largamente a principal fonte de energia utilizada para a preparação dos alimentos, contrariamente ao que acontece a nível nacional, em que o gás é largamente a principal fonte de energia utilizada (65,6%). No concelho de Santa Catarina o gás se encontra no segundo lugar seguido de outras fontes alternativas como: petróleo, carvão e electricidade, que registam valores extremamente baixos.

Como sabe, a lenha é extraída do meio ambiente o que significa que existe grande pressão sobre este recurso. Esta situação explica-se eventualmente pelo baixo poder de compra das populações, pelo baixo nível de instrução da população, sobretudo rural, e uma fraca e lenta tomada de consciência sobre a importância do meio ambiente para o desenvolvimento de uma comunidade.

Quadro n.º12 – Agregados familiares segundo o modo de abastecimento de água por ano censitário				
Modo de abastecimento de água	1990		2000	
	Valor	%	Valor	%
Água canalizada	700	8,8	1439	14,5
Cisternas	266	3,4	485	4,9
Auto-tanque	16	0,2	687	6,9
Chafariz	2304	29,1	3882	39,2
Poço	1104	13,9	588	5,9
Nascente	3111	39,3	466	4,7
Levada	37	0,5	30	0,3
Outro	363	4,6	270	2,7
NR	16	0,2	57	0,6
Total	7921	100,0	9910	100,0
Fonte: INE – CV, censos 1990 2000				

O quadro nº12 mostra que a população recorre a todos os meios para obter água, conforme o meio onde se encontra inserida.

Em 1990, a maioria dos agregados de Santa Catarina recorre a nascente para obter água seguido de chafariz. Já em 2000, a maior parte das famílias recorrem a chafariz para obter esse precioso líquido seguido de água canalizada. Relativamente à nascente houve uma diminuição brusca na ordem dos 34,6%.

Durante o decénio, número da população que dispunha de água canalizada aumentou na ordem dos 5,7%.

Em resumo, podemos afirmar que houve melhorias significativas no Concelho, no que tange as condições socio-económicas, mas que permanecem as características de um concelho rural. Pois se formos caracterizar uma família do Concelho, teríamos uma família de uma casa individual, utilizando o petróleo como principal fonte de energia para iluminação, a lenha como principal fonte de energia para preparação dos alimentos, não teriam casa de banho nem retrete, recorriam em 2000 a chafariz para obter água. Essas condições não favoreceriam a posse nem de rádio, nem de televisão, nem de frigorífico e nem de vídeo-cassete. Seria uma habitação típica do meio rural de um país pouco desenvolvido, com mínimas condições de habitação.

CAPÍTULO V – IMPACTO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO DO CONCELHO

Como sabemos o crescimento demográfico, sobretudo nos países em desenvolvimento e particularmente nos da África Subsariana onde tem originado problemas como conflitos políticos com implicações sociais, económicos e ambientais como falta de alimentos, levando a malnutrição, fome, tem contribuído para a crescente degradação ambiental e consequente aumento da desertificação e da pobreza.

Em qualquer região do planeta, quando há uma variação demográfica, há necessidade de adopção de políticas adequadas para fazer face aos problemas decorrentes dessa variação, caso contrário, a população sofrerá as consequências. Geralmente, o que se tem notado a nível dos países em desenvolvimento é um crescimento acelerado contra um fraco crescimento dos recursos, aliado à ausência de política de valorização e aproveitamento da população jovem, contrariamente àquilo que se verificou nos Novos Países Industrializados (NPI) da Ásia e da América Latina, que souberam aproveitar a grande quantidade de mão-de-obra jovem adoptando estratégias políticas de valorização e aproveitamento dessa mão-de-obra para atingir o desenvolvimento.

Em Cabo Verde, não obstante a sua integração no grupo dos países da África Subsariana, o crescimento populacional não tem gerado graves problemas, comparativamente com alguns daqueles países que estão localizados no continente. Entretanto, isso não significa que o crescimento demográfico não tem criado algum problema ao país, só que a sua dimensão é menor, nomeadamente a necessidade de controlo da natalidade, em certos casos e retenção das populações rurais, nas suas parcelas. O exemplo disso foi a definição da Política Nacional da População (PNP) em 1995 e sua revisão mais recentemente no ano 2005. A passagem de Cabo Verde para o grupo dos países de Desenvolvimento Médio, como resultado de melhorias conseguidos pelo país, sobretudo, nos sectores da economia, da educação e da saúde, demonstra um certo avanço. Mesmo assim, não significa que todas as regiões do país estão igualmente desenvolvidas, ou que existe igualdade de acesso em termos de quantidade e

qualidade desses serviços entre as populações dos 17 concelhos¹³ do arquipélago de Cabo Verde.

Nos três capítulos precedentes, fizemos uma abordagem do concelho de Santa Catarina, que constitui o nosso domínio de estudo durante a década de 1990, a partir da caracterização da dinâmica populacional e das condições socio-económicas. Consta que registou um crescimento demográfico acelerado quando comparado com outras décadas e/ou outros concelhos do país. Neste contexto, considerando que verificou um forte crescimento demográfico, sobretudo um aumento considerável dos jovens (grupo etário de 0 a 19 anos), vamos analisar os impactos socio-económicos dessa dinâmica no Concelho, onde a economia está fortemente dependente do sector primário e dos pequenos comércioos.

5.1 – Pressão demográfica sobre os recursos ambientais

A existência e uma forte interacção entre o ambiente ecológico e a sociedade humana põem em evidência duas necessidades e dois conceitos, aparentemente antagónicos: conservação e utilização. A análise integrada destes dois conceitos fez surgir um terceiro, «utilização sustentável» como possível saída deste paradoxo.

Os seres vivos, pelas suas actividades biológicas, exercem pressão, de varia ordem, sobre o meio ambiente. Paradoxalmente, o homem, apesar de ser o único ser racional do planeta, tem exercido uma acção, ainda mais nociva, sobre os recursos naturais do que as outras espécies (Plano Ambiental Municipal de Santa Catarina, 2004).

O homem extrai do meio ambiente os recursos de que precisa para satisfazer as suas necessidades, mas é importante fazer uma exploração sustentável para garantir o equilíbrio ecológico e o usufruto das gerações vindouras.

Normalmente, quando se verifica um forte crescimento demográfico, aumenta também a pressão sobre os recursos, provocando em alguns casos uma sobre-exploração dos mesmos e por conseguinte um desequilíbrio do ecossistema e a desertificação, agravando ainda mais a situação das populações, ainda mais num país de fracos recursos como é o caso de Cabo Verde.

¹³ São os dezassete concelhos do último recenseamento geral da população (censo 2000).

No caso do nosso país, em geral e no concelho de Santa Catarina, em particular, essa forte pressão e degradação do meio ambiente já é uma realidade bem visível que não se pode negar. A degradação acelerada da orla marinha e das ribeiras à procura de inertes para a construção civil, assim como as encostas, devido a utilização de técnicas inadequadas para a exploração de terras é as mais nefastas acções do homem sobre o ambiente no concelho de Santa Catarina

A degradação acelerada da orla marinha e das ribeiras à procura de inertes para a construção civil já levou a degradação física de algumas praias das localidades do Concelho, outrora cobertas de areia (praia de Águas Belas, Rincão, Ribeira da Barca, Charco) e algumas ribeiras (Ribeiras dos Engenhos, Chã de Tanque, Selada), com impactos negativos para a pesca, para a agricultura, turismo para a própria beleza cénica da paisagem.

Fig.12 – Degradação da ribeira de Chã de Tanque



Fig.13 – Orla costeira da Praia de Águas Belas



Fig.14 – Campo de «estoque» de areia em Águas Belas



Fig.14 – Extracção de areia nas águas do mar de Águas Belas



A fig. nº 12 mostra a degradação da ribeira de Chã de Tanque, uma das ribeiras mais afectadas pela extracção excessiva de areia para a construção civil. Segundo as entrevistas feitas às mulheres da localidade, diariamente mais de 30 mulheres chefes de famílias dirigem-se às ribeiras de Chã de Tanque à procura de inerte como forma de conseguirem algum dinheiro para poderem satisfazer as necessidades básicas da família, nomeadamente a alimentação e educação dos filhos.

As figuras 13, 14 e 15 evidenciam a degradação da Praia de Águas Belas onde, diariamente, mais de 80 mulheres da localidade de Rincão vão à procura de formas de sustentarem a família, extraíndo areia dentro das águas do mar.

5.2 Aumento da população activa e a sua situação perante o emprego /desemprego

O desemprego e a pobreza são dos dois flagelos que afectam as populações do nosso arquipélago e são dois indicadores sociais que se encontram interligados.

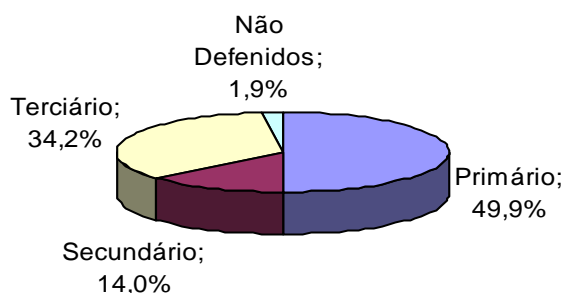
Em 1990, o concelho de Santa Catarina contava com uma população activa ocupada de 12474 correspondente a 30% do total, sendo que 6.605 dedicam à pesca e agricultura.

Em 2000, o número de activos empregados aumentou para 17.043 correspondente a quase 1/3 do total da população, sendo o sector primário com maior número de empregados.

De qualquer forma, deu para notar que, de 1990 para 2000 houve um aumento da população empregada na ordem dos 4%.

A fig. 15 mostra-nos a repartição da população do concelho de Santa Catarina em 2000 por sector de actividade.

Fig. 15 - população empregada segundo o sector de actividade - 2000



Fonte: INE – CV, Censo 2000

A partir da observação da fig. nº15 pode-se afirmar que a maior parte da população activa do concelho continua a exercer actividades ligadas directamente à natureza, já que a maioria da população activa dedica-se ao sector primário, enquanto que o sector secundário se encontra pouco desenvolvido, ocupando pouco menos de um quarto da população activa, o que indica um fraco investimento no sector industrial no concelho. O sector terciário se encontra no segundo lugar, depois do sector primário.

5.3 – Crescimento da população e a situação perante a pobreza

A pobreza é a negação do desenvolvimento humano. Se o desenvolvimento humano se traduz na melhoria do bem-estar em todos os aspectos da vida humana, aumentando as suas possibilidades de escolha a pobreza nega todas essas possibilidades. Ser pobre significa não ter opções de vida nem o poder escolher o seu projecto de vida (Silva, Elsa “et al”, 2000).

A pobreza é um conceito ambíguo e polissémico, sendo assim interpretado de formas diferentes conforme a época e o meio onde é analisada. O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1997, definiu a pobreza segundo três perspectivas: do rendimento, das capacidades e das necessidades básicas e introduziu um indicador para medir a pobreza humana, Índice da Pobreza Humana, sendo IPH1 para os países em desenvolvimento e IPH2 para os países desenvolvidos.

Actualmente, de forma geral, ser pobre significa privação de: uma vida longa e saudável; usufruir de um nível de vida digno; ter acesso aos conhecimentos; ter a liberdade para participar na vida colectiva e ter respeito por si e pelos outros.

Nos países em desenvolvimento as preocupações relativamente à pobreza resumem-se em resolver questões ligadas à fome, epidemias, água potável e acesso aos serviços básicos, problemas que já estão bem controladas nos países desenvolvidos.

Em Cabo Verde a pobreza assume contornos preocupantes, particularmente no meio rural. Estudos realizados em 2002, demonstram que a pobreza aumentou, em cerca de 7% e as suas desigualdades se acentuaram, desde 1989, sendo no meio rural com maior incidência (51% da população é pobre, sendo destes 30% são muito pobres). No meio urbano, a pobreza aumentou devido, principalmente, a transferência da pobreza do meio rural provocada pelo êxodo rural. A mulher continua ser principal a vítima desse flagelo, sendo que em 2002 por cada cem agregados familiares chefiados por mulher, 32 são pobres.

A pobreza tem maior incidência no grupo de Barlavento. Para o de Sotavento, a pobreza é mais intensa em Santiago, mas a severidade parece ser mais profunda na ilha da Brava. Nos Municípios do interior da ilha de Santiago, a população pobre concentra-se nas zonas agrícolas e piscatórias de baixo rendimento, devido às próprias características dos sistemas de produção e da vetustez dos factores de produção (Plano Nacional de Desenvolvimento, 1997 – 2000).

A pobreza atinge várias localidades do Concelho de Santa Catarina, montando as dezenas as bolsas de pobreza existentes. Contudo, a pobreza atinge, com maior profundidade, as seguintes localidades: na Freguesia de Santa Catarina: Achada Lazão, Achada Ponta, Charco, Cuba, Cumbém/Achada Riba, Entre Picos de Reda, Fundura, Furna, João Bernardo, Mancholy, Rincão; na Freguesia de São Salvador do Mundo: Degredo, Faveta, Mato Fortes, Mato Limão, Pico Freire, Purgueira (Plano Municipal de Desenvolvimento, 2001/2006).

No tocante ao emprego, verifica-se uma precariedade para essas populações que vivem em situação de pobreza quer para homens como para as mulheres.

Segundo o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina a pobreza atinge de forma particular, os jovens e as mulheres chefes de famílias, nestas as mães solteiras.

Perante essa realidade, denota-se que a situação financeira dessas famílias é bastante precária na medida que os chefes de família ou são desempregados ou estão no subemprego.

Portanto, uma forma para se reduzir a pobreza, é criar emprego principalmente para as camadas mais afectadas, nomeadamente jovens e mulheres. Uma das estratégias para tal, consiste no desenvolvimento dos sectores públicos e privados e na adopção de políticas para

atrair investimentos estrangeiros, principalmente dos emigrantes, que contribuem para criação de novos postos de trabalho sobretudo no meio rural.

Outras medidas são também consideradas prioritárias, nomeadamente a implementação de programas de construção de habitação social, melhoramento da assistência médico-medicamentosa e da qualidade de vida, o fomento da educação e formação para saúde incluam componentes relativos à nutrição, acesso e conservação de água potável e saneamento básico, de forma a melhorar o estado nutricional das crianças e reduzir índice de doenças contraídas por maus hábitos alimentares e falta de higiene pessoal e do meio ambiente.

Conclui-se assim, que a pobreza é um dos maiores problemas que afectam as populações do Concelho. A maior parte dos outros deriva dela nomeadamente, a fome e a miséria, a droga, o alcoolismo, a prostituição, o vandalismo, etc.

CONCLUSÃO

A conclusão de um trabalho de investigação pode não significar, necessariamente, o fim de um processo de investigação. Antes, pelo contrário, pode significar o começo de uma nova etapa de investigação. A conclusão não chegou a esgotar o tema em análise. Pois, como sabemos, a população é dinâmica tanto no tempo como no espaço. Todavia, consideramos essa como o resultado de uma etapa de investigação e como algo que poderá, eventualmente, servir de pistas para estudos posteriores, bem como nas tomadas de algumas medidas importantes sobre o Concelho em estudo.

No fim desta etapa conclui-se que no concelho de Santa Catarina, durante o nosso período de estudo, verifica-se um crescimento populacional bastante acelerado, comparando com as duas décadas anteriores e com o contexto nacional, que ultrapassou todas as perspectivas e projecções feitas para esta década.

Esse rápido crescimento populacional deve-se fundamentalmente à elevada taxa de crescimento, devido à permanência de uma taxa de natalidade relativamente alta, não obstante o aumento do uso de métodos contraceptivos, contra uma diminuição da taxa de mortalidade, visto que o saldo migratório continua negativo, apesar de uma diminuição da emigração devido à imposição de medidas restritivas por parte dos países de acolhimento.

Concluimos, ainda, que o planeamento familiar é fraco, dado ao nível muito baixo de conforto e de instrução predominante no Concelho, porque caso contrário, se houvesse, possivelmente o crescimento populacional e a pobreza não seriam de tal forma, e muito menos ainda a dimensão da pressão e a degradação sobre o meio ambiente

A população apresenta uma estrutura maioritariamente jovem (mais de 50%), sendo a proporção dos adultos e dos idosos ter decrescido durante o decénio.

Embora com o aumento da população urbana durante o decénio, ainda mais de 80% da população do concelho de Santa Catarina vive no meio rural, dando assim ao Concelho um carácter eminentemente rural, onde a maioria da população desenvolve actividades ligadas ao sector primário

Essa dinâmica populacional que contrariou todas as perspectivas e projecções feitas, veio agravar ainda mais a situação da pobreza no Concelho e aumentou também a pressão sobre o ambiente, levando a degradação do mesmo

A forte degradação ambiental e a situação da pobreza que se verifica no concelho de Santa Catarina são consequências da fraca capacidade da criação dos postos de trabalho que não acompanhou a dinâmica populacional verificada ao longo do decénio, contrariando os dados referentes à taxa de emprego do Censo 2000, que evidenciam um aumento, segundo os dados do Plano de Desenvolvimento Municipal de 2002.

No Concelho, a degradação das ribeiras e da orla costeira, devido, sobretudo à extracção desenfreada de areias (mais recentemente dentro das águas do mar) e prática agrícola inadequada nas encostas são as mais nefastas acções antrópicas sobre o ambiente.

A economia do Concelho está fortemente dependente do sector primário, sendo a agricultura, pecuária, pescas e silvicultura, as actividades que ocupam maior percentagem de activos.

Apesar das melhorias conseguidas no domínio da saúde, o número de médicos e enfermeiros não tem acompanhado a dinâmica populacional verificada ao longo do decénio.

No concelho de Santa Catarina, até 2000 passava para além do 12º ano de escolaridade – via geral, sendo inexistentes quaisquer centros de formação de nível médio e profissional. Existia uma grande porção de analfabetos, sendo que no final do decénio, a percentagem é superior a dos que têm nível pós-secundário.

No que se refere às características socio-económicas, domina o nível de conforto muito baixo, sendo que a lenha continua a ser a principal fonte de energia para preparação dos alimentos, a maioria dos agregados familiares não possuem casa de banho e o retrete e chafariz continua a ser a principal forma de abastecimento de água para o consumo doméstico, isto é, permanecem as características de um concelho rural.

Para terminar, não podíamos de deixar de referir a carência de dados em relação a determinados sectores, o que consideramos um dos grandes constrangimentos que dificulta estudos concisos.

RECOMENDAÇÕES

Após a elaboração deste trabalho, deixamos algumas recomendações que consideramos ser úteis e imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável e equilibrado do concelho de Santa Catarina, um Concelho com enormes potencialidades que, se forem devidamente aproveitadas poderá elevar o Concelho no ranking nacional. Para que isso aconteça, pensamos que é necessário:

- Produzir mais dados estatísticos sobre o concelho de Santa Catarina, tanto em termos de quantidade e qualidade, que permitam estudos precisos sobre o passado, presente e planejar o futuro. A produção desses dados tem que ser feita não só pelas instituições responsáveis para o fim, mas também através da promoção de estudos académicos e uma melhor organização dos serviços públicos dotando-os de técnicos capazes de organizar e produzir alguns dados;

- Promover actividades de sensibilização, em matéria de planeamento familiar e de uso dos métodos contraceptivos, junto das populações;

- Largar o sistema do ensino, criando mais escolas técnicas e um pólo universitário, visto que se verifica, cada vez mais, maior número de alunos com 12º ano sem emprego, sem bolsas de estudos e sem condições para prosseguir os estudos fora do país e nem na Cidade da Praia;

- Alargar o sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos e resolução de problema de acesso à água potável em muitas localidades do Concelho;

- Melhorar as estradas de acesso intra-concelho, bem como criação de espaços de lazer e electrificação de muitas localidades rurais do Concelho;

- Urge a sensibilização, aplicação da legislação e criação de alternativas no Concelho face à grande percentagem da população que se dedica à apanha de inerte nas bacias hidrográficas e nas praias, bem como aqueles que se dedicam à prática agrícola inadequada nas encostas, visando a preservação do meio ambiente, por forma de assegurar o usufruto das novas gerações;

- Criar condições que atraem o investimento estrangeiro e dos emigrantes, sobretudo no sector das transformações, criando mais postos de trabalho bem como o aumento da produção;
- Inovar o sector primário com meios e técnicas modernas, aumentando a produtividade;
- Criar condições para um turismo de qualidade;
- Melhorar as infra-estruturas de saúde, bem como dotar o Concelho de um maior número de médicos e enfermeiros, promovendo a sua formação especializada;
- Estimular a criação das associações nas diferentes zonas do Concelho que defendam os interesses da comunidade e promovam a integração, sobretudo, dos pobres;
- Potencializar e valorizar os quadros residentes no Concelho com vista a dedicarem se mais ao desenvolvimento Concelho;
- Enfim, promover o desenvolvimento socio-económico do Concelho de forma equilibrada e auto-sustentada.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL**, Ilídio. Santiago de Cabo Verde – A terra e os Homens, Lisboa, 1964.
- BAUD**, Pascal; **BRAURGEAT**, Serge; **BRAS**, Catherine. Dicionário de Geografia, 1ª Edição, Plátano Edições Técnicas, Lda, Lisboa (Sem data).
- BRADFORD**, M. G. e **KENT**, W. A. Geografia Humana – Teorias e suas aplicações, Lisboa, Ed. Gradiva, Setembro de 1987.
- BRITO**, Pedro Moreno. Análise da situação Demográfica de Cabo Verde entre 1990 e 2000 – prospectiva para o ano 2025. Dissertação de Mestrado em ISEGI/UNL, Lisboa, 2003.
- CARREIRA**, António. Migrações nas ilhas de Cabo verde, ICL, Praia, 1983.
- DE PINA**, Lobo, Filipe, António e **GOMES**, da Mota, Alberto. Revista do Centro de Geologia – Geociências – ISE. Praia, Cabo Verde, Volume I, nºs 1, 2, e 3, pag.2 – 79, Março de 2004.
- Direcção Geral de Estatística**. Inquérito sobre a fecundidade em Cabo Verde, Praia, 1988
- Direcção Geral de Estatística** – 2º Recenseamento Geral da População e Habitação, Praia – Cabo Verde, 1990.
- Guia Turística**. Bem-Vindos à Santa Catarina, Cabo Verde, 2002.
- Instituto Nacional de Estatística** – Recenseamento Geral da População e habitação Praia – Cabo Verde, 2000.
- LARANJO**, José Manuel e outros. Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social – 12º Ano. Lisboa: Plátano Editora, Fevereiro, 2000.
- MALTHUS**, Thomas Robert. Ensaio sobre o princípio da população. Col. Livros de Bolso Europa América. 1798.
- MONTEIRO**, Domingos Correia. Estudo sobre a Demografia em Cabo Verde. Situação Passada, Presente e Perspectivas Futuras. Projecto NLTPS – Estudo a Longo Prazo – Cabo verde 2020. Dezembro, 1995.
- NAZARETH**, J. Manuel. A Demografia. Ciência da população. Lisboa, Ed. Presença, Fevereiro, 2004.
- NAZARETH**, J. Manuel. Introdução a Demografia. Teoria e Prática. Lisboa. Ed. Presença, 2000.

Plano Ambiental Municipal de Santa Catarina. Equipa Municipal e Assembleia de Santa Catarina. Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde, Praia, Santiago, Dezembro de 2004.

Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina. Diagnóstico da Situação actual. Praia, 2002.

REINHARD, M., ARMENGAUD, A., DUPÂQUIER, J. Histoire générale de la population mondiale. Ed. Montcherestien, Paris, 1968.

Revista da Câmara Municipal de Santa Catarina. Tiramos Santa Catarina do Marasmo. Editor: Fernando R.T. ORTET, nº 0, pag.3 – 26, Fevereiro de 2003.

Revista Santa Catarina. Diagnóstico da Situação Socio-económica. Pag. 4 – 28, Junho de 2000.

SEMEDO, José Maria e BRITO, Arminda. A nossa terra nossa Gente. Edição PFIE, Cabo Verde, Praia, Fevereiro, 1995.

ANEXOS